

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

54. Com relação ao título de crédito, considerado, na doutrina, o documento necessário para o exercício do direito, literal e autônomo, nele mencionado, assinale a opção correta.

A) Cheque administrativo ou bancário é aquele em que o emitente se confunde com o sacado, ou seja, é emitido pela própria instituição financeira. Estabelece a lei que regulamenta os cheques que o cheque pode ser emitido contra o próprio banco sacado, desde que ao portador.

Comentários: ERRADA. Artigo 9º da Lei 7357/85: O cheque pode ser emitido: [...] III - contra o próprio banco sacador, desde que não ao portador.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

54. Com relação ao título de crédito, considerado, na doutrina, o documento necessário para o exercício do direito, literal e autônomo, nele mencionado, assinale a opção correta.

B) nota promissória não produzirá efeito quando faltarem a indicação de vencimento e a indicação do lugar em que se deva efetuar o pagamento.

Comentários: ERRADA. Artigo 54, § 2º do Decreto 2044/1908: Será pagável **à vista** a nota promissória que não indicar a época do vencimento. Será pagável no domicílio do emitente a nota promissória que não indicar o lugar do pagamento.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

54. Com relação ao título de crédito, considerado, na doutrina, o documento necessário para o exercício do direito, literal e autônomo, nele mencionado, assinale a opção correta.

C) A lei que regulamenta a duplicata estabelece que a emissão da fatura é **obrigatória em todos os contratos**, sejam eles de compra e venda mercantil ou de **prestação de serviços**.

**Comentários:** ERRADA. Artigo 1º da Lei 5474/68: Em todo o contrato de compra e venda mercantil entre partes domiciliadas no território brasileiro, com prazo não inferior a 30 (trinta) dias, contado da data da entrega ou despacho das mercadorias, o vendedor extrairá a respectiva fatura para apresentação ao comprador.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

54. Com relação ao título de crédito, considerado, na doutrina, o documento necessário para o exercício do direito, literal e autônomo, nele mencionado, assinale a opção correta.

D) O cheque devolvido ao seu portador por falta de provisão de fundos pode ser apresentado somente mais uma vez, e sua execução contra os endossantes e avalistas **depende de protesto**.

Comentários: ERRADA. Artigo 47 da Lei 7357/85: Pode o portador promover a execução do cheque: [...] II - contra os endossantes e seus avalistas, se o cheque apresentado em tempo hábil e a recusa de pagamento é comprovada pelo protesto ou por declaração do sacado, escrita e datada sobre o cheque, com indicação do dia de apresentação, **ou, ainda**, por declaração escrita e datada por **câmara de compensação**.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

54. Com relação ao título de crédito, considerado, na doutrina, o documento necessário para o exercício do direito, literal e autônomo, nele mencionado, assinale a opção correta.

E) Estabelece a lei uniforme relativa às letras de câmbio e às notas promissórias que o sacador de letra de câmbio pagável à vista ou a certo termo de vista pode fazer constar a incidência de juros sobre o valor a ser pago.

Comentários: **CORRETA.** Artigo 5º da Lei Uniforme de Genebra: **Numa letra pagável à vista ou a um certo termo de vista, pode o sacador estipular que a sua importância vencerá juros.** Em qualquer outra espécie de letra a estipulação de juros será considerada como não escrita. A taxa de juros deve ser indicada na letra; na falta de indicação, a cláusula de juros é considerada como não escrita. Os juros contam-se da data da letra, se outra data não for indicada.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

55 – A respeito das operações societárias e da liquidação das sociedades contratuais e por ações, muito comuns no campo do direito societário, assinale a opção correta. **ANULADA (não há resposta correta).**

A) Subdivide-se a liquidação em três modalidades: ordinária, judicial e extrajudicial, ocorrendo a primeira em situações nas quais, devido às características próprias da companhia, sofre ela fiscalização da administração pública, que terá competência para supervisionar sua dissolução e até indicar o liquidante.

Comentários: ERRADA. Isso seria a judicial.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

55 – A respeito das operações societárias e da liquidação das sociedades contratuais e por ações, muito comuns no campo do direito societário, assinale a opção correta. **ANULADA (não há resposta correta).**

B) Fusão consiste na união de duas ou mais sociedades, para dar nascimento a uma nova. Falindo a sociedade resultante da fusão, os credores anteriores **não poderão requerer**, no juízo falimentar, a separação das massas.

Comentários: ERRADA. Isso é possível. “ Art. 1.119, CC: A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações. § 3º Ocorrendo, no prazo deste artigo, a falência da sociedade incorporadora, **da sociedade nova** ou da cindida, qualquer credor anterior terá direito a pedir a separação dos patrimônios, para o fim de serem os créditos pagos pelos bens das respectivas massas”.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

55 – A respeito das operações societárias e da liquidação das sociedades contratuais e por ações, muito comuns no campo do direito societário, assinale a opção correta. **ANULADA (não há resposta correta).**

C) A transformação de um tipo societário para outro, independentemente de dissolução e liquidação, só se faz possível nas sociedades limitadas e nas anônimas.

Comentários: ERRADA. Não há essa restrição no CC. “Art. 1.113. O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores **da constituição e inscrição próprios do tipo** em que vai converter-se”.



## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

55 – A respeito das operações societárias e da liquidação das sociedades contratuais e por ações, muito comuns no campo do direito societário, assinale a opção correta. **ANULADA (não há resposta correta).**

D) A cisão constitui, sob o ponto de vista da sociedade que dispõe de seu patrimônio, uma fusão às avessas, visto que, nesse negócio, há a congregação de dois ou mais patrimônios sociais, extinguindo-se as respectivas sociedades para a constituição de uma nova.

Comentários: ERRADA. Este é o conceito de fusão, não cisão. “Art. 1.119. A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações”.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

55 – A respeito das operações societárias e da liquidação das sociedades contratuais e por ações, muito comuns no campo do direito societário, assinale a opção correta. **ANULADA (não há resposta correta).**

E) A incorporação, na condição de contrato societário, **confunde-se com institutos assemelhados**, tais como a compra de ativo e a aquisição de estabelecimento de comerciante individual, denominada incorporação de empresa individual.

Comentários: ERRADA. Os institutos são diferentes. CC:

“Art. 1.116. Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.”

“Art. 1.118. Aprovados os atos da incorporação, a incorporadora declarará extinta a incorporada, e promoverá a respectiva averbação no registro próprio”

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

### Diferença quanto ao trespasse e a alienação de participação societária

- Apesar de poder ter efeito econômico idêntico, **o trespasse não se confunde** com as **operações societárias** que envolvem transações da participação societária.
- Enquanto no primeiro o objeto da venda são os **bens corpóreos e incorpóreos**, no segundo são apenas as **participações societárias**.
- No primeiro, altera-se o **titular da atividade**, no segundo, **a sociedade empresária continua sendo a titular**.

# 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 56.** Assinale a opção correta no que tange à sociedade limitada.

A) Quando a sociedade limitada estiver sujeita à regência supletiva do regime das anônimas, responderá por todos os atos praticados em seu nome e poderá ressarcir-se dos prejuízos em regresso contra o administrador que haja **excedido seus poderes**; quando sujeita à regência **supletiva** do regime das sociedades simples, responderá somente pelos atos que, praticados em seu nome, forem evidentemente **estranhos ao objeto social ou aos negócios** que **costume** estabelecer.

Comentários: ERRADA. Há regência SUPLETIVA da limitada, se previsto em contrato, e **SUBSIDIÁRIA** da sociedade simples. Artigo 1.053/CC: A sociedade limitada rege-se, NAS OMISSÕES deste Capítulo, pelas normas da sociedade simples. Parágrafo único: O CONTRATO SOCIAL poderá prever a REGÊNCIA SUPLETIVA da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.

Além do mais, na sociedade Limitada é possível estabelecer alçadas aos administradores:

“Art. 1.015. No silêncio do contrato, os administradores podem praticar todos os atos pertinentes à gestão (...). Parágrafo único. O excesso por parte dos administradores somente pode ser oposto a terceiros se ocorrer pelo menos uma das seguintes hipóteses: I - se **a limitação de poderes** estiver inscrita ou averbada no registro próprio da sociedade (...)”

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 56.** Assinale a opção correta no que tange à sociedade limitada.

**B) Assembleia e reunião distinguem-se pelo procedimento: aquela segue rito mais solene, ditando o código suas regras; esta tem rito simplificado, cabendo aos sócios, no contrato social, estabelecer os detalhes do procedimento. Tanto a reunião quanto a assembleia podem ser dispensadas e substituídas por documento escrito, desde que esse documento trate da mesma matéria e seja aprovado pela maioria dos sócios.**

**Comentários: ERRADA. O Art. 1.072, 3º CC, prevê que reunião ou assembleia são dispensáveis quando **todos** os sócios decidirem por escrito sobre a matéria.**

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 56. Assinale a opção correta no que tange à sociedade limitada.**

**C) A administração da sociedade limitada pode ser exercida por qualquer pessoa, seja ela sócia ou não. É possível que a sociedade seja gerida por administradores não sócios, desde que sua designação ocorra pela aprovação de dois terços dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado. O administrador não nomeado em contrato social será destituído do cargo por sócios que representem três quartos do capital social.**

**Comentários: ERRADA. “Art. 1061, CC: se o contrato permitir administradores não sócios, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização”.**

# 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 56.** Assinale a opção correta no que tange à sociedade limitada.

**D)** Com o objetivo de evitar lesão aos credores da sociedade cujo capital seja reduzido por excesso, determina o legislador que, se houver impugnação por parte do credor quirografário, portador de título líquido anterior à deliberação, no prazo de noventa dias a contar da data de publicação da ata da assembleia que a aprovar, a redução somente poderá realizar-se se provado o pagamento ao referido credor ou o depósito do valor em juízo.

**Comentários:** **CORRETA.** “Art. 1.084. No caso do inciso II do art. 1.082, a redução do capital será feita restituindo-se parte do valor das quotas aos sócios, ou dispensando-se as prestações ainda devidas, com diminuição proporcional, em ambos os casos, do valor nominal das quotas.

§ 1º No prazo de noventa dias, contado da data da publicação da ata da assembléia que aprovar a redução, **o credor quirografário, por título líquido anterior a essa data, poderá opor-se ao deliberado.**

§ 2º A redução **somente se** tornará eficaz se, no prazo estabelecido no parágrafo antecedente, **não for impugnada**, ou se provado o pagamento da dívida ou o depósito judicial do respectivo valor”.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 56.** Assinale a opção correta no que tange à sociedade limitada.

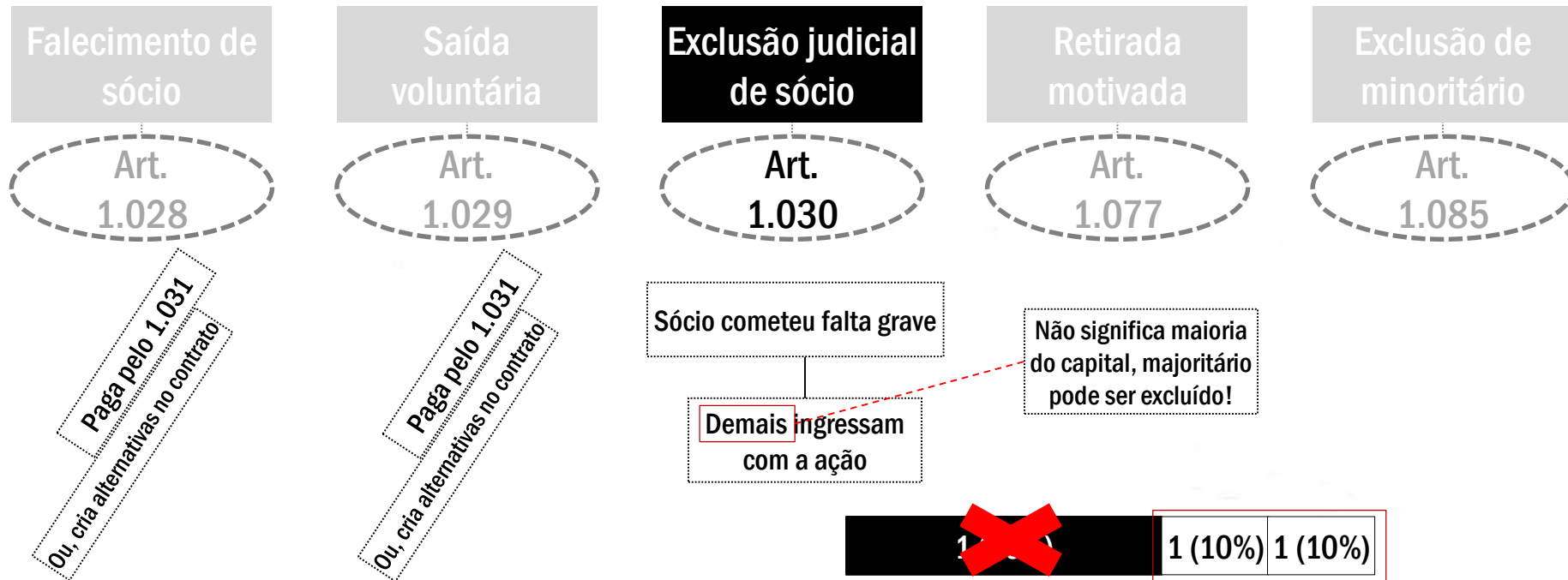
E) Para determinadas matérias, em razão de maior importância para a sociedade e repercussão nos direitos dos sócios e de terceiros, tais como a **expulsão de sócio minoritário**, a lei prevê algumas formalidades, como a de publicação, na imprensa oficial e em jornal de grande circulação, de anúncio convocando assembleia de sócios, devendo mediar, entre a primeira inserção e a realização da assembleia, o prazo máximo de cinco dias, para a primeira convocação.

**Comentários:** ERRADA. “1.085 CC: Parágrafo único. A exclusão somente poderá ser determinada em reunião ou assembléia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa”.



# 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

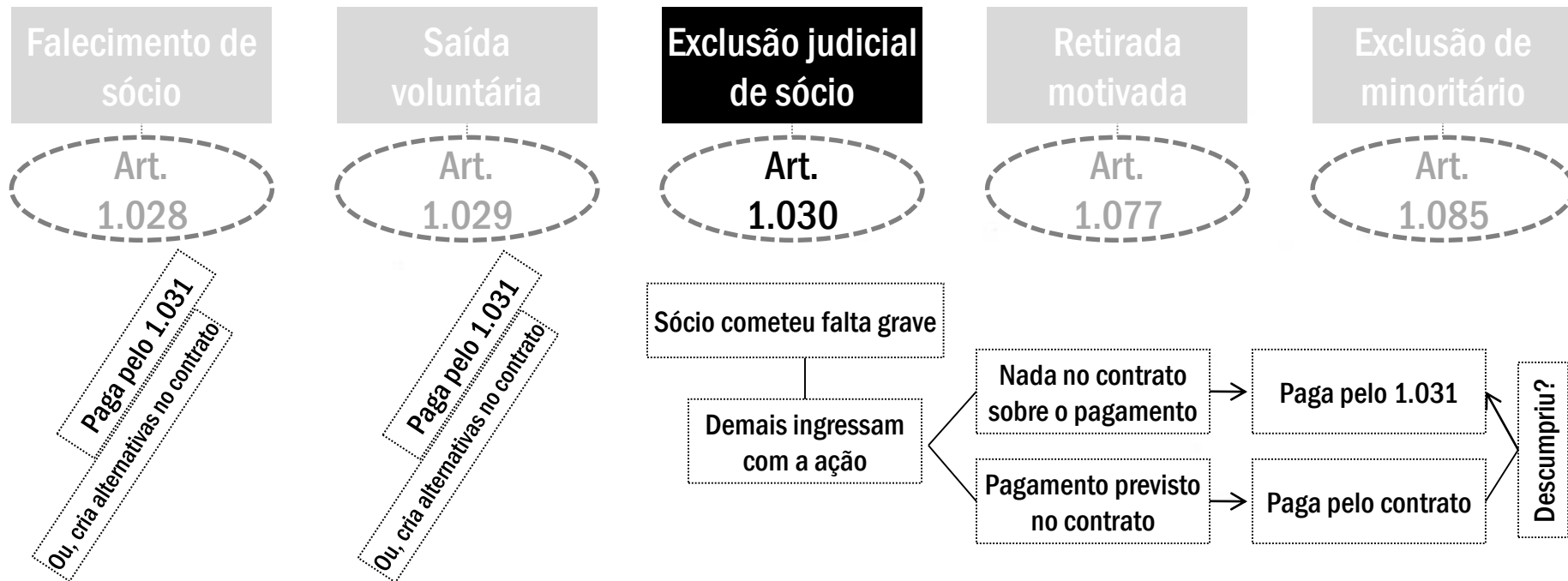
## Mapa da dissolução



“Art. 1.030. (...) pode o sócio ser **excluído judicialmente**, mediante **iniciativa da maioria dos demais sócios**, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.”

# 2011 - TRF 2 (Questões 53 a 60)

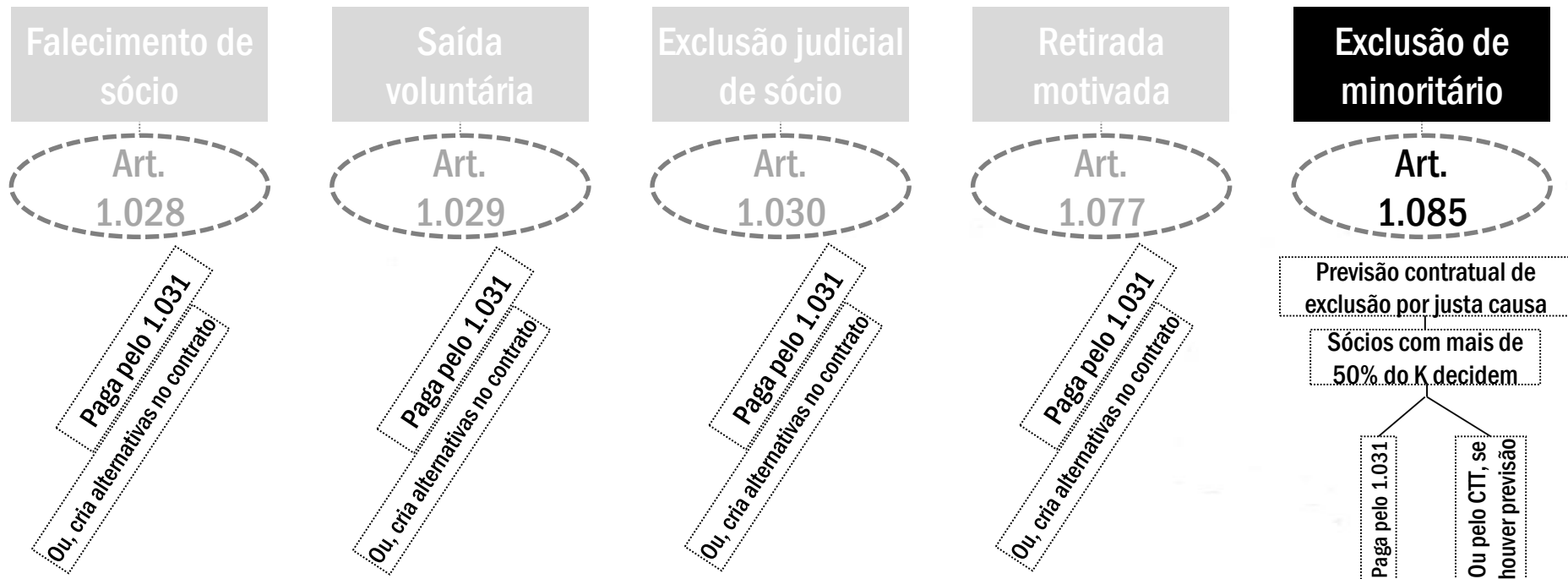
## Mapa da dissolução



“Art. 1.030. (...) pode o sócio ser **excluído judicialmente**, mediante **iniciativa da maioria dos demais sócios**, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.”

# 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

## Mapa da dissolução



“Art. 1.085. (...) quando a maioria dos sócios, **representativa de mais da metade do capital social**, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, **poderá excluí-los** da sociedade, mediante **alteração do contrato social**, desde que **prevista neste a exclusão por justa causa.**”

# 2011 - TRF 2 (Questões 53 a 60)

## Mapa da dissolução

Falecimento de  
sócio

Art.  
1.028

Paga pelo 1.031

Ou, cria alternativas no contrato

Saída  
voluntária

Art.  
1.029

Paga pelo 1.031

Ou, cria alternativas no contrato

Exclusão judicial  
de sócio

Art.  
1.030

Paga pelo 1.031

Ou, cria alternativas no contrato

Retirada  
motivada

Art.  
1.077

Paga pelo 1.031

Ou, cria alternativas no contrato

Exclusão de  
minoritário

Art.  
1.085

Paga pelo 1.031

Ou, cria alternativas no contrato

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 57.** O modelo da sociedade anônima foi concebido originalmente para viabilizar grandes empreendimentos, constituindo instrumento próprio para a captação de recursos perante número expressivo de investidores. Com relação a esse tipo de sociedade, assinale a opção correta.

A) Nas companhias abertas, caso o pagamento do preço da ação não tenha sido feito integralmente no momento da subscrição, sua venda somente pode efetivar-se depois de realizados pelo menos **20% do preço de emissão**, sob pena de nulidade. Nesse caso, o alienante continuará responsável, solidariamente com o adquirente, pelo pagamento das prestações que faltarem para a integralização das ações transferidas, responsabilidade que perdurará pelo prazo de dois anos a contar da transferência das ações.

**Comentários:** ERRADA. “Artigo 29 da Lei 6.404/76: As ações da companhia aberta somente poderão ser negociadas depois de realizados **30% (trinta por cento) do preço de emissão**. Parágrafo único: A infração do disposto neste artigo importa na nulidade do ato.

**Artigo 108 da Lei 6.404/76:** Ainda quando negociadas as ações, os alienantes continuarão responsáveis, solidariamente com os adquirentes, pelo pagamento das prestações que faltarem para integralizar as ações transferidas. Parágrafo único: Tal responsabilidade cessará, em relação a cada alienante, no fim de 2 (dois) anos a contar da data da transferência das ações.”

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 57.** O modelo da sociedade anônima foi concebido originalmente para viabilizar grandes empreendimentos, constituindo instrumento próprio para a captação de recursos perante número expressivo de investidores. Com relação a esse tipo de sociedade, assinale a opção correta.

B) Inspirado na figura do trustee do direito anglo-saxão, o legislador criou a figura do agente fiduciário dos debenturistas, cuja incumbência é justamente fiscalizar a companhia e preservar os interesses dos credores debenturísticos. Tanto na emissão pública de debêntures como na **emissão privada**, destinada a um número de pessoas determinadas e conhecidas, **é obrigatória a nomeação do agente fiduciário**. Cabe à companhia, quando da emissão de debêntures, a escolha desse agente, que pode ser pessoa física, desde que satisfaça os requisitos do cargo.

**Comentários:** ERRADA. A CVM trata como obrigatória a nomeação do agente na emissão pública de debêntures, e é possível que a própria CVM escolha o agente. “INSTRUÇÃO CVM Nº 28, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1983. Artigo 1º: Da escritura de emissão **pública** de debêntures constará, obrigatoriamente, a nomeação de um agente fiduciário para representar a comunhão dos debenturistas, devendo, também, dela constar a sua aceitação para o exercício das funções”.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 57.** O modelo da sociedade anônima foi concebido originalmente para viabilizar grandes empreendimentos, constituindo instrumento próprio para a captação de recursos perante número expressivo de investidores. Com relação a esse tipo de sociedade, assinale a opção correta.

**C)** A companhia fechada de pequeno porte, mesmo que faça parte de um grupo de sociedades, como controladora ou filiada, está isenta de diversas obrigações comuns às demais sociedades. Contudo, não está dispensada de publicar os documentos da administração, tais como o relatório sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, ainda que tais documentos sejam arquivados no registro do comércio.

**Comentários:** ERRADA. “Artigo 294 da Lei 6.404/76: A companhia fechada que tiver menos de vinte acionistas, com patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (PEQUENO PORTE) **poderá:** [...] II - deixar de publicar os documentos de que trata o artigo 133, desde que sejam, por cópias autenticadas, arquivados no registro de comércio juntamente com a ata da assembleia que sobre eles deliberar”.

“Art. 133 da Lei 6.404/76: Os administradores devem comunicar, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da assembleia-geral ordinária, por anúncios publicados na forma prevista no artigo 124, que se acham à disposição dos acionistas (...). § 3º: **O disposto neste artigo não se aplica à companhia controladora de grupo de sociedade, ou a ela filiadas**”.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 57.** O modelo da sociedade anônima foi concebido originalmente para viabilizar grandes empreendimentos, constituindo instrumento próprio para a captação de recursos perante número expressivo de investidores. Com relação a esse tipo de sociedade, assinale a opção correta.

D) No que se refere à forma de transferência ou circulação, as ações podem ser classificadas em nominativas escriturais e nominativas registradas: as **nominativas escriturais são mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares**, em instituição financeira designada pela companhia e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários; **as nominativas registradas são aquelas cujo título de propriedade se comprova mediante contrato de compra e venda, recibo ou declaração.**

Comentários: ERRADA. Lei 6404/76:

“Artigo 31: A propriedade das ações nominativas presume-se pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" ou pelo extrato que seja fornecido pela instituição custodiante, na qualidade de proprietária fiduciária das ações”

“Artigo 34: O estatuto da companhia pode autorizar ou estabelecer que todas as ações da companhia, ou uma ou mais classes delas, sejam mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, na instituição que designar, sem emissão de certificados”

“Artigo 35: A propriedade da ação escritural presume-se pelo registro na conta de depósito das ações, aberta em nome do acionista nos livros da instituição depositária”.



## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 57.** O modelo da sociedade anônima foi concebido originalmente para viabilizar grandes empreendimentos, constituindo instrumento próprio para a captação de recursos perante número expressivo de investidores. Com relação a esse tipo de sociedade, assinale a opção correta.

**E) O commercial paper, por constituir título de curto prazo, deve ser emitido com vencimento mínimo de trinta dias contados da emissão do título. Em se tratando de companhia fechada, o prazo máximo será de cento e oitenta dias; tratando-se de companhia aberta, o prazo poderá chegar a trezentos e sessenta dias. Existe a possibilidade de resgate antecipado do referido título, desde que com anuência do titular; se o resgate for parcial, deverá ser realizado sorteio ou leilão entre os titulares.**

**Comentários: CORRETA.** O commercial paper é espécie de nota promissória que pode ser emitido apenas por uma S.A. Segundo a Instrução Normativa 134 da CVM:

**“Art. 7º - O prazo de vencimento das notas promissórias, contado a partir da data da emissão, será de:**

**I - trinta dias, no mínimo, e cento e oitenta dias, no máximo, quando emitidas por companhia fechada;**

**II - trinta dias, no mínimo, e trezentos e sessenta dias, no máximo, na hipótese de emissão por companhia aberta. (...)**

**§ 2º A emissora pode, havendo anuência expressa do titular, resgatar antecipadamente as notas promissórias.(...)**

**§ 4º O resgate parcial deve ser efetivado mediante sorteio ou leilão, observado o prazo mínimo deste artigo.”**

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 58.** Se a atividade empresarial é exercida pelo empresário, sua representação patrimonial denomina-se estabelecimento, que é a reunião de todos os bens necessários para a realização da atividade empresarial, também chamada, sob a influência dos franceses, fundo de comércio, ou, sob a dos italianos, azienda. Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

**A)** Com a edição do atual Código Civil, consagrou-se o entendimento de que o estabelecimento é uma universalidade de bens que passa a ser uma universalidade de fato, e não, de direito, como era considerado anteriormente.

**Comentários:** ERRADA. Sempre foi considerada uma universalidade de fato. Art. 1.142 do CC: “Considera-se estabelecimento todo **complexo de bens organizado**, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”

Agora vamos combiná-lo com o artigo 90 do CC: “Art. 90. Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária. Parágrafo único. **Os bens que formam essa universalidade podem ser objeto de relações jurídicas próprias.**”

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 58.** Se a atividade empresarial é exercida pelo empresário, sua representação patrimonial denomina-se estabelecimento, que é a reunião de todos os bens necessários para a realização da atividade empresarial, também chamada, sob a influência dos franceses, fundo de comércio, ou, sob a dos italianos, azienda. Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

**B) O aviamento, por ser considerado bem, está sujeito a proteção direta, assim como o patrimônio material ou imaterial da empresa.**

**Comentários: ERRADA.** Aviamento não é considerado um bem, mas um “sobrevalor, agregado aos bens do estabelecimento empresarial em razão da sua racional organização pelo empresário” (<http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/995665/o-que-se-entende-por-aviamento-andrea-russar-rachel>.)

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 58.** Se a atividade empresarial é exercida pelo empresário, sua representação patrimonial denomina-se estabelecimento, que é a reunião de todos os bens necessários para a realização da atividade empresarial, também chamada, sob a influência dos franceses, fundo de comércio, ou, sob a dos italianos, azienda. Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

C) Tratando-se de ação renovatória, para que o empresário possa pleitear a renovação compulsória da locação, independentemente da vontade do locador, exige-se que o contrato a renovar seja celebrado por escrito e por prazo **indeterminado**.

**Comentários:** ERRADA. Ação renovatória, segundo a lei de locações (lei 8.245/91): “Art. 51. Nas locações de imóveis destinados ao comércio, o locatário terá direito a renovação do contrato, por igual prazo, desde que, cumulativamente:

- I - o contrato a renovar tenha sido celebrado por escrito e com prazo **determinado**;
- II - o prazo mínimo do contrato a renovar ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de cinco anos;
- III - o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos”.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 58.** Se a atividade empresarial é exercida pelo empresário, sua representação patrimonial denomina-se estabelecimento, que é a reunião de todos os bens necessários para a realização da atividade empresarial, também chamada, sob a influência dos franceses, fundo de comércio, ou, sob a dos italianos, azienda. Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

**D)** Com o trespasse, presume-se sub-rogado o adquirente nos contratos que, até então firmados pelo alienante, sejam de atos sucessivos estipulados para a exploração do estabelecimento **e tenham caráter pessoal**, não se transferindo automaticamente nesse caso.

**Comentários:** ERRADA. Art. 1.148. Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, **se não tiverem caráter pessoal**, podendo os terceiros rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 58.** Se a atividade empresarial é exercida pelo empresário, sua representação patrimonial denomina-se estabelecimento, que é a reunião de todos os bens necessários para a realização da atividade empresarial, também chamada, sob a influência dos franceses, fundo de comércio, ou, sob a dos italianos, azienda. Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

**E)** Com a venda do estabelecimento, altera-se a figura de seu titular, que passa a ser o comprador; com a venda da sociedade empresária, entretanto, não existe alteração do titular do estabelecimento, que permanece o mesmo.

**Comentários:** **CORRETA.**

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 59.** A respeito dos contratos que os empresários individuais e as sociedades empresárias celebram no exercício diário de suas atividades econômicas, assinale a opção correta.

A) A Resolução n.º 2.039 do BACEN prevê duas espécies de leasing: o financeiro e o operacional, e a doutrina registra, ainda, a modalidade específica denominada lease back ou leasing back, **que se caracteriza pelo fato de o bem já ser da arrendadora**, que apenas o aluga ao arrendatário, sem o custo inicial da aquisição.

**Comentários:** ERRADA. Resolução nº 2309/96 do Banco Central do Brasil: o lease back é negócio através do qual uma empresa vende a outra (arrendadora) um bem, que arrenda o mesmo bem de volta à mesma empresa, de modo a obter liquidez.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 59.** A respeito dos contratos que os empresários individuais e as sociedades empresárias celebram no exercício diário de suas atividades econômicas, assinale a opção correta.

**B)** A Lei n.º 6.729/1979, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 8.132/1990, disciplina a concessão comercial que tenha por objeto o comércio de mercadorias, sendo, contudo, atípico o contrato quando a concessão comercial referir-se a veículos automotores.

**Comentários:** ERRADA. “Artigo. 3º da Lei 6.729/79: Constitui objeto de concessão: I - a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes fabricados ou fornecidos pelo produtor”.



## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 59.** A respeito dos contratos que os empresários individuais e as sociedades empresárias celebram no exercício diário de suas atividades econômicas, assinale a opção correta.

**C)** Embora o Código Civil determine que o objeto da propriedade fiduciária seja necessariamente coisa móvel infungível, existe a possibilidade de contrato de alienação fiduciária no mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de crédito fiscal e previdenciário.

**Comentários:** **CORRETA.** Lei nº 10.931/04 - Artigo 66-B: O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 59.** A respeito dos contratos que os empresários individuais e as sociedades empresárias celebram no exercício diário de suas atividades econômicas, assinale a opção correta.

**D)** No contrato de compra e venda, a cláusula de reserva de domínio somente surtirá efeitos perante terceiro quando estiver expressamente prevista, sendo possível a aplicação da referida cláusula especial nos contratos cujo objeto seja bem **móvel ou imóvel**.

**Comentários:** ERRADA. “Art. 521, CC. Na venda **de coisa móvel**, pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago”.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 59.** A respeito dos contratos que os empresários individuais e as sociedades empresárias celebram no exercício diário de suas atividades econômicas, assinale a opção correta.

E) O contrato de comissão pode ostentar a cláusula del credere, segundo a qual os riscos do negócio cabem ao **comitente**, já que o comissário, embora atue em nome próprio, o faz no interesse do comitente e à conta dele, de acordo, inclusive, com suas instruções.

**Comentários:** ERRADA. “Art. 698, CC. Se do contrato de comissão constar a cláusula del credere, **responderá o comissário solidariamente com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente**, caso em que, salvo estipulação em contrário, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido”.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)


**QUESTÃO 60.** Assinale a opção correta com base na Lei n.º 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

A) Têm direito de voto na assembleia-geral de credores todos os que sejam arrolados no quadro geral, tais como o proprietário fiduciário de bens e o arrendador mercantil; a relação de credores com direito a voto pode ser alterada no decorrer da recuperação judicial ou falência, estabelecendo a lei que as deliberações não serão, em princípio, invalidadas em razão de posterior decisão judicial modificadora da condição de credor.

Comentários: ERRADA. “Artigo 49, § 3º da Lei 11.101/05: Tratando-se de credor titular da posição **de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil**, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, **seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa** e as condições contratuais”

# 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

## Quem recebe na falência? Em que ordem?

- 
- **Art. 151.** Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa.
  - **Art. 86.** Proceder-se-á à restituição em dinheiro: (...) **Parágrafo único.** As restituições de que trata este artigo somente serão efetuadas após o pagamento previsto no art. 151 desta Lei.
  - **Art. 150.** As despesas cujo pagamento antecipado seja indispensável à administração da falência, inclusive na hipótese de continuação provisória das atividades previstas no inciso XI do caput do art. 99 desta Lei, serão pagas pelo administrador judicial com os recursos disponíveis em caixa.
  - **Art. 84.** Serão considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre os mencionados no art. 83 desta Lei, na ordem a seguir

# 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

## Recuperação Judicial Falência

- **Crédito trabalhista e acidente de trabalho (sem limitação);**
  - **Crédito com garantia real;**
  - **Créditos com privilégio especial;**
  - **Créditos com privilégio geral;**
  - **Créditos quirografários;**
  - **Créditos subordinados.**
1. Os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho;
  2. Créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado;
  3. Créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias;
  4. Créditos com privilégio especial;
  5. Créditos com privilégio geral;
  6. Créditos quirografários;
  7. As multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias;
  8. Créditos subordinados

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 60.** Assinale a opção correta com base na Lei n.º 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

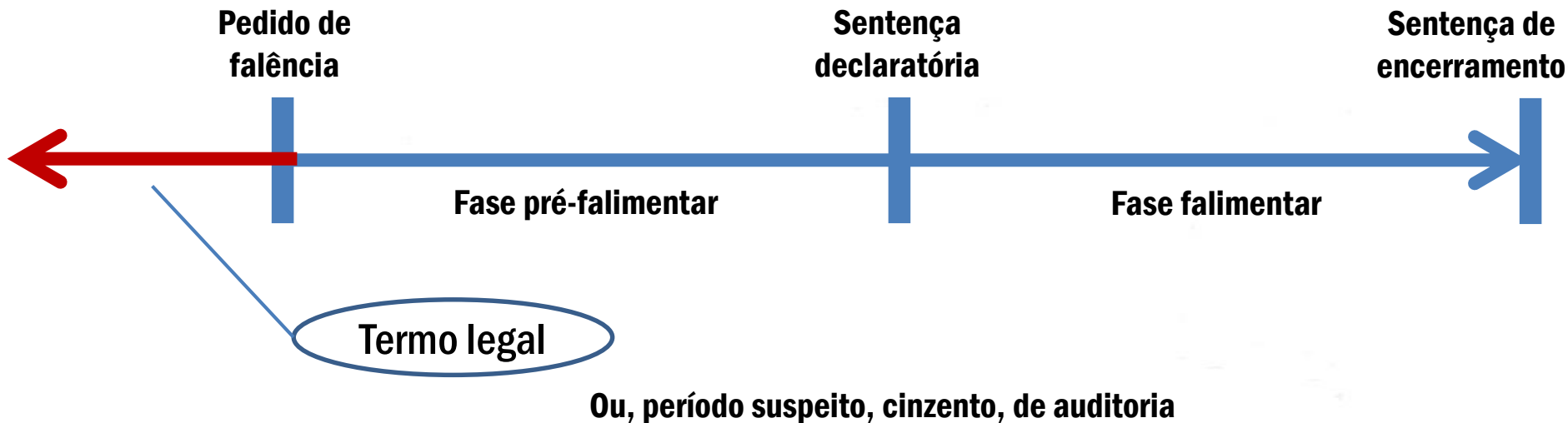
**B)** Como todas as demais decisões, a sentença de falência deve conter o histórico dos fatos invocados pelas partes, a fundamentação e a conclusão, podendo, de plano, fixar o termo legal da falência, que, juridicamente, só passa a existir com a decretação da sentença, sendo a apelação o recurso cabível contra a sentença que julgar improcedente o pedido de falência **ou que a decreta**.

**Comentários:** ERRADA. Artigo 99 da Lei 11.101/05: A sentença que decretar a falência do devedor, dentre outras determinações: [...] II – fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 90 (noventa) dias contados do pedido de falência, do pedido de recuperação judicial ou do 1º (primeiro) protesto por falta de pagamento, excluindo-se, para esta finalidade, os protestos que tenham sido cancelados.

Artigo 100 da Lei 11.101/05: Da decisão que decreta a falência **cabe agravo**, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe apelação.

## 2011 - TRF 2 (Questões 53 a 60)

### Linha do tempo + termo legal





## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 60.** Assinale a opção correta com base na Lei n.º 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

**C) A ação revocatória, que se encerra com sentença declaratória do vício, produz efeito desde o momento em que se iniciou e, julgado procedente o pedido, os bens devem ser restituídos à massa em espécie, inclusive com seus acessórios, ou pelo valor de mercado, sendo declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão dos créditos que tenham passado por operações de securitização.**

**Comentários: ERRADA.** Art. 135 da Lei 11.101/05: A sentença que julgar procedente a ação revocatória determinará o retorno dos bens à massa falida em espécie, com todos os acessórios, ou o valor de mercado, acrescidos das perdas e danos.

**Artigo 136, § 1º:** Na hipótese de securitização de créditos do devedor, **não será declarada a ineficácia ou revogado o ato** de cessão em prejuízo dos direitos dos portadores de valores mobiliários emitidos pelo securitizador.

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

### Atos subjetivamente ineficazes [1/2]

- “Art. 130. **São revogáveis** os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida.”
- “Art. 132. **A ação revocatória, de que trata o art. 130** desta Lei, deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 3 (três) anos contado da decretação da falência.”

# 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

## Atos subjetivamente ineficazes [2/2]

- Para ser revogável **depende da prova de fraude!** [atos praticados com a intenção de ]
- Se depende de uma ação, **não pode ser reconhecido de ofício** [ação revocatória]
  - Prazo prescricional: 3 anos, a partir da decretação da falência (132 da LRF).
  - Legitimidade passiva (133 da LRF)
    - Todos os que figuraram no ato ou que por efeito dele foram pagos, garantidos ou beneficiados;
    - Os terceiros adquirentes, se tiveram conhecimento, ao se criar o direito, da intenção do devedor de prejudicar os credores;
    - Os herdeiros ou legatários das pessoas indicadas anteriormente.
- Recurso
  - Contra a sentença: apelação (135, p. único).

# 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

## Potencial pegadinha

- **“Art. 131. Nenhum dos atos referidos nos incisos I a III e VI do art. 129 desta Lei que tenham sido previstos e realizados na forma definida no plano de recuperação judicial será declarado ineficaz ou revogado”.**
- **Se for ato previsto no plano de recuperação, ok!**

# 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 60.** Assinale a opção correta com base na Lei n.º 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

**D) De acordo com essa lei, os débitos tributários não estão sujeitos à recuperação judicial, ou seja, independentemente do que ficar estabelecido no plano de recuperação, os tributos devidos pelo empresário devem sempre ser quitados de acordo com as normas tributárias, cabendo ao devedor apresentar as certidões negativas de débito tributário.**

Comentários: **CORRETA**, mas desatualizada\*.

Artigo 187 do Código Tributário Nacional: A cobrança judicial do crédito tributário **não é sujeita** a concurso de credores ou habilitação em falência, **recuperação judicial**, concordata, inventário ou arrolamento.

Artigo 57 da Lei 11.101/05: Após a juntada aos autos do plano aprovado pela assembleia-geral de credores ou decorrido o prazo previsto no art. 55 desta Lei sem objeção de credores, o devedor apresentará certidões negativas de débitos tributários nos termos dos arts. 151, 205, 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

\* Hoje estaria errada: RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO REGIMENTAL. DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO. POSSIBILIDADE. 1. A apresentação de certidão negativa de débitos fiscais pelo contribuinte não é condição imposta ao deferimento do seu pedido de recuperação judicial. Precedente da Corte Especial. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1376488/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 01/09/2014).

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**QUESTÃO 60.** Assinale a opção correta com base na Lei n.º 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

E) A referida lei criou colegiado composto por credores, denominado comitê de credores, de existência e funcionamento **obrigatórios** e cujo objetivo é conduzir o processo de falência e de recuperação judicial, basicamente desempenhando as funções de fiscalização e consultoria.

**Comentários:** ERRADA. “Artigo 26 da Lei 11.101/05: O Comitê de Credores **será constituído por deliberação** de qualquer das classes de credores na assembleia-geral. Artigo 28 da Lei 11.101/05: **Não havendo Comitê** de Credores, caberá ao administrador judicial ou, na incompatibilidade deste, ao juiz exercer suas atribuições”.

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

55. Determinado documento foi apresentado, como cheque, ao caixa de instituição financeira localizada no Brasil para recebimento, em espécie, do valor registrado. O caixa da instituição, todavia, devolveu o papel ao apresentante informando-o de que, legalmente, **aquele documento não valia como cheque**. Tendo como referência essa situação, assinale a opção correspondente a hipótese prevista para a devolução do referido documento.

- A) A instituição financeira em que trabalha o caixa não é, de fato, banco, mas, apenas, a ele equiparada. (Correta. Art. 3º).
- B) No documento está escrito a palavra check, em lugar da palavra cheque, por pertencer aos Estados Unidos da América o banco de origem do documento.
- C) A assinatura do emitente foi aposta por meio de chancela mecânica. (Correta. Art. 1, parágrafo único).
- D) Não há indicação, no documento, do lugar de pagamento. (Correta. Art. 2º, I).
- E) Não há indicação, no documento, do lugar de emissão. (Correta. Art. 2º, II).

# 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

**55. Determinado documento foi apresentado, como cheque, ao caixa de instituição financeira localizada no Brasil para recebimento, em espécie, do valor registrado. O caixa da instituição, todavia, devolveu o papel ao apresentante informando-o de que, legalmente, aquele documento não valia como cheque. Tendo como referência essa situação, assinale a opção correspondente a hipótese prevista para a devolução do referido documento.**

**Comentário Único:** Elementos do cheque: Lei. 7357/85.

**Art. 1º** O cheque contém:

**I** - a denominação “cheque” inscrita no contexto do título e expressa na língua em que este é redigido;

**II** - a ordem incondicional de pagar quantia determinada;

**III** - o nome do banco ou da instituição financeira que deve pagar (sacado);

**IV** - a indicação do lugar de pagamento;

**V** - a indicação da data e do lugar de emissão;

**VI** - a assinatura do emitente (sacador), ou de seu mandatário com poderes especiais.

**Parágrafo único** - A assinatura do emitente ou a de seu mandatário com poderes especiais pode ser constituída, na forma de legislação específica, por chancela mecânica ou processo equivalente.

**Art. 2º** O título, a que falte qualquer dos requisitos enumerados no artigo precedente não vale como cheque, salvo nos casos determinados a seguir:

**I** - na falta de indicação especial, é considerado lugar de pagamento o lugar designado junto ao nome do sacado; se designados vários lugares, o cheque é pagável no primeiro deles; não existindo qualquer indicação, o cheque é pagável no lugar de sua emissão;

**II** - não indicado o lugar de emissão, considera-se emitido o cheque no lugar indicado junto ao nome do emitente.

**Art. 3º** O cheque é emitido contra banco, ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque



# 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

56. Assinale a opção correspondente a exemplo de sociedade **simples**.

- A) empresa limitada destinada ao comércio de alimentos aos consumidores
- B) sociedade destinada ao exercício de profissão intelectual na forma de sociedade por ações
- C) sociedade limitada destinada ao comércio de miudezas aos consumidores
- D) sociedade cooperativa de produtores rurais.
- E) sociedade por ações destinada a atividades artísticas

**Comentário Único: Sociedades: Código Civil.**

“Art. 982. Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais.

**Parágrafo único. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.”**

“Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

**Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.”**

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

**57. Três pessoas uniram-se e passaram a desenvolver atividade econômica informal – venda de camisetas com pinturas exclusivas. Uma passou a cuidar das compras e administração (o administrador), outra, das pinturas (o artista) e a outra, das vendas (o vendedor). O negócio cresceu e, após o vendedor dar expressamente sua aceitação a determinada encomenda, não foi possível cumprir os prazos estipulados para a entrega. O comprador, então, decidiu ajuizar ação para reaver os prejuízos. Com base nessa situação, é correto afirmar que a responsabilidade cabe:**

- A) aos três, pois são solidários no negócio.**
- B) ao administrador e ao vendedor, em razão das funções que cada um exerce no negócio.**
- C) à pessoa jurídica que representar a sociedade.**
- D) ao vendedor, pois foi ele quem assinou a aceitação da encomenda.**
- E) ao administrador, pois ele é o gestor do negócio.**

**Comentário Único: A responsabilidade é dos três sócios, uma vez que a sociedade não está formalmente constituída (sociedade em comum) “Art. 990. Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem, previsto no art. 1.024, aquele que contratou pela sociedade.”**

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

## Estruturas e tipos:

		Sociedade empresária (art. 982, CC)	Sociedade simples (art. 982, CC)		
<b>EIRELI (art. 980-A, CC)</b>  <b>Emp. individual (art. 968, CC)</b>		Em nome coletivo (art. 1.039, CC)	Em nome coletivo (art. 1.039, CC)	<b>SCP (art. 991, CC)</b>  <b>Emp comum (art. 986, CC)</b>	<b>Sociedades não personificadas</b>
		Em comandita simples (art. 1.045, CC)	Em comandita simples (art. 1.045, CC)		
		Limitada (art. 1.052, CC)	Limitada (art. 1.052, CC)		
		Por ações (art. 1.088, CC)	Cooperativa (art. 1.093, CC)		
		Comandita por ações (art. 1.090, CC)	Pura (art. 983, CC)		
<b>Sociedades personificadas</b>					

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

58. Os dez sócios que detêm o capital social de determinada empresa limitada pretendem promover fusão com outra empresa. Nessa situação, em conformidade com o Código Civil,

Art. 1.071. Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

A) não há necessidade de reunião ou assembleia para a tomada de decisão, se todos os sócios decidirem por escrito.

Comentários: **CORRETA**. “Art. 1.072, As deliberações dos sócios, obedecido o disposto no art. 1.010, serão tomadas em reunião ou em assembléia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato. § 3º A reunião ou a assembléia tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas”.

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

58. Os dez sócios que detêm o capital social de determinada empresa limitada pretendem promover fusão com outra empresa. Nessa situação, em conformidade com o Código Civil,

Art. 1.071. Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

B) A decisão deve ser tomada em assembleia.

Comentários: ERRADA. Não é obrigatório. “Art. 1.072. § 1º. A deliberação em assembleia será obrigatória se o número dos sócios for **superior** a dez”.

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

**58. Os dez sócios que detêm o capital social de determinada empresa limitada pretendem promover fusão com outra empresa. Nessa situação, em conformidade com o Código Civil,**

**Art. 1.071. Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:**

**C) a assembleia ou a reunião destinada à discussão do assunto só pode ser instalada com a presença de todos detentores do capital social.**

**Comentários: ERRADA. “Art. 1.074. A assembléia dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número”.**

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

58. Os dez sócios que detêm o capital social de determinada empresa limitada pretendem promover fusão com outra empresa. Nessa situação, em conformidade com o Código Civil,

Art. 1.071. Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

D) a assembleia ou a reunião destinada à deliberação sobre a matéria vincula os sócios que não estiverem presentes.

Comentários: ERRADA. Vincula apenas se estiver em conformidade com a lei (mancada).

“Art. 1072, § 5º As deliberações **tomadas de conformidade com a lei e o contrato** vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes”

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

**58. Os dez sócios que detêm o capital social de determinada empresa limitada pretendem promover fusão com outra empresa. Nessa situação, em conformidade com o Código Civil,**

**Art. 1.071. Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:**

**E) a matéria pode ser deliberada pela diretoria, desde que com a presença de algum dos sócios.**

**Comentários: ERRADA. “Art. 1.071. Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato: VI - a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação”**



## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

59. Uma das características do mundo globalizado é a adoção de normas internacionais em diversos setores da sociedade. Na área da contabilidade, por exemplo, houve, nos últimos anos, alterações significativas introduzidas pela Lei das Sociedades por Ações. No que se refere à classificação dos componentes patrimoniais, assinale a opção correta com base nas normas legais atualmente aplicáveis.

A) Os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte **devem** ser classificados no grupo “realizável a longo prazo”.

**Comentários: ERRADA.** O termo “devem” a torna incorreta. “Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo **terá por base o prazo desse ciclo**”.

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

59. Uma das características do mundo globalizado é a adoção de normas internacionais em diversos setores da sociedade. Na área da contabilidade, por exemplo, houve, nos últimos anos, alterações significativas introduzidas pela Lei das Sociedades por Ações. No que se refere à classificação dos componentes patrimoniais, assinale a opção correta com base nas normas legais atualmente aplicáveis.

B) O que antes era contabilizado no grupo “investimentos” passou a sê-lo no grupo “imobilizado”.

**Comentários:** ERRADA. Os grupos de investimentos e imobilizado coexistem, compondo o “ativo não circulante”, conforme a lei 6404:

“Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.”

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

**59. Uma das características do mundo globalizado é a adoção de normas internacionais em diversos setores da sociedade. Na área da contabilidade, por exemplo, houve, nos últimos anos, alterações significativas introduzidas pela Lei das Sociedades por Ações. No que se refere à classificação dos componentes patrimoniais, assinale a opção correta com base nas normas legais atualmente aplicáveis.**

**C) O grupo “ativo imobilizado” manteve-se como parte do grupo “investimentos”.**

**Comentários: ERRADA. O grupo “ativo imobilizado” e o grupo “investimentos” são diferentes. “Art. 179 da lei 6404:**

**III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;**

**IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”**

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

59. Uma das características do mundo globalizado é a adoção de normas internacionais em diversos setores da sociedade. Na área da contabilidade, por exemplo, houve, nos últimos anos, alterações significativas introduzidas pela Lei das Sociedades por Ações. No que se refere à classificação dos componentes patrimoniais, assinale a opção correta com base nas normas legais atualmente aplicáveis.

D) As despesas pré-operacionais devem ser registradas como parte do grupo “diferido”.

Comentários: ERRADA, pois parte de um inciso que foi REVOGADO em 2009. “Art. 179. V – no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional; (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007) (**Revogado** pela Medida Provisória nº 449, de 2008) (Revogado pela Lei nº 11.941, de 2009)”

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

**59. Uma das características do mundo globalizado é a adoção de normas internacionais em diversos setores da sociedade. Na área da contabilidade, por exemplo, houve, nos últimos anos, alterações significativas introduzidas pela Lei das Sociedades por Ações. No que se refere à classificação dos componentes patrimoniais, assinale a opção correta com base nas normas legais atualmente aplicáveis.**

**E) Todos os ativos que não devam ser contabilizados no “ativo circulante” devem sê-lo no “ativo não circulante”.**

**Comentários: CORRETA. Lei 6404: “Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.**

**§1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:**

**I – ativo circulante; e**

**II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível”.**

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

**60. Considere que determinada empresa, constituída no estado de São Paulo e em fase de franca expansão, decida abrir estabelecimento em município do estado do Paraná. Nessa situação, a instituição da filial no Paraná, no que se refere à formalização no registro público de empresas mercantis, deve ser:**

- A) registrada necessariamente em ambos os estados.**
- B) registrada em São Paulo ou no Paraná, a critério da empresa.**
- C) apenas averbada em São Paulo.**
- D) apenas registrada no estado do Paraná.**
- E) registrada no Paraná e averbada em São Paulo.**

**Comentário Único: “Art. 969, CC. O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.**

**Parágrafo único. Em qualquer caso, a constituição do estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede”.**

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

**61. Caso pretenda expandir seus negócios, determinado banco comercial que já opera no Brasil poderá agir, sem necessitar de autorização do BACEN, para:**

- A) abrir agência no Brasil, se for banco de origem estrangeira.**
- B) alterar seus estatutos.**
- C) realizar operações de recebimento de depósitos à vista.**
- D) realizar operações de câmbio.**
- E) abrir agência no exterior, se for banco de origem brasileira.**

**Comentário Único: Art. 10, lei 4595/64 – Sistema Financeiro Nacional.**

**Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil:**

**X - Conceder autorização às instituições financeiras, a fim de que possam:**

- b) instalar ou transferir suas sedes, ou dependências, inclusive no exterior;**
- f) alterar seus estatutos.**
- d) praticar operações de câmbio, crédito real e venda habitual de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, ações Debêntures, letras hipotecárias e outros títulos de crédito ou mobiliários;**

## 2011 – TRF 3 (Questões 55 a 62)

**62. André, Bruno e César realizaram uma mesma invenção, respectivamente, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2011. As invenções foram depositadas para registro de patente nos meses de abril, maio e junho de 2011, respectivamente, por Bruno, César e André, tendo sido informada, em cada registro, a data de conclusão da invenção. Os processos administrativos iniciados com o depósito foram concluídos em julho, agosto e setembro de 2011, correspondentemente, para César, André e Bruno. Nessa situação hipotética, a patente deve ser concedida**

- A) a César, cujo processo foi concluído primeiramente.**
- B) a André, por ser o primeiro inventor, e a Bruno, por ter sido o primeiro a fazer o depósito**
- C) aos três inventores, porque todos eles depositaram no mesmo ano.**
- D) a André, por ter sido o primeiro a inventar.**
- E) a Bruno, por ter sido o primeiro a depositar.**

**Comentário Único: Art. 7º, Lei n, 9.279/96. Se dois ou mais autores tiverem realizado a mesma invenção ou modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter patente será assegurado àquele que provar o depósito mais antigo, independentemente das datas de invenção ou criação.**



## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 53.** Suponha que uma sociedade simples abandone o seu objeto social e passe a exercer como principal atividade a compra de bens móveis e sua posterior revenda no mercado, auferindo, após um ano, lucro de um milhão de reais. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta consoante o Código Civil.

**A) A sociedade, por ser simples, pode ser transformada em sociedade empresarial mediante aprovação da maioria dos sócios, em assembleia convocada para tal fim.**

**Comentários:** ERRADA. “Art. 982. Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais”.

“Art. 1.114, CC. A transformação depende do consentimento de todos os sócios, salvo se prevista no ato constitutivo, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade, aplicando-se, no silêncio do estatuto ou do contrato social, o disposto no art. 1.031.”

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 53.** Suponha que uma sociedade simples abandone o seu objeto social e passe a exercer como principal atividade a compra de bens móveis e sua posterior revenda no mercado, auferindo, após um ano, lucro de um milhão de reais. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta consoante o Código Civil.

**B) A sociedade simples e os seus administradores serão qualificados como empresários irregulares.**

**Comentários:** ERRADA. Empresário irregular é o que não tem registro.

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 53.** Suponha que uma sociedade simples abandone o seu objeto social e passe a exercer como principal atividade a compra de bens móveis e sua posterior revenda no mercado, auferindo, após um ano, lucro de um milhão de reais. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta consoante o Código Civil.

**C) A sociedade, por ser simples, não pode ter acionistas, uma vez que somente sócios-quotistas poderão compor o seu quadro societário.**

**Comentários:** ERRADA, mas estaria certa.... “Art. 982. Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais.

**Parágrafo único.** Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.”

**CESPE** justificou que está questão está errada: “Ao se ler o art. 997, V, do CC, vê-se que a sociedade simples pode ter sócio cuja contribuição se dê em serviços, demonstrando estar errada a opção que o recurso supõe estar correta. Por tais motivos, indefere-se o recurso”.

**Art. 997.** A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará:

**V - as prestações a que se obriga o sócio, cuja contribuição consista em serviços;**

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 53.** Suponha que uma sociedade simples abandone o seu objeto social e passe a exercer como principal atividade a compra de bens móveis e sua posterior revenda no mercado, auferindo, após um ano, lucro de um milhão de reais. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta consoante o Código Civil.

**D) Por não cumprir o seu objeto social, à referida sociedade aplicam-se as disposições que regulam a sociedade em comum.**

**Comentários:** ERRADA. Enunciado nº 58 do CJF: a sociedade em comum compreende as figuras doutrinárias da sociedade de fato e da **irregular**. (Referente ao art. 986, CC)

**Art. 986.** Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples.

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 53.** Suponha que uma sociedade simples abandone o seu objeto social e passe a exercer como principal atividade a compra de bens móveis e sua posterior revenda no mercado, auferindo, após um ano, lucro de um milhão de reais. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta consoante o Código Civil.

**E)** Caso os sócios queiram extinguir a sociedade, poderão fazê-lo por meio de fusão com uma sociedade empresarial que já exerça a atividade citada.

**Comentários: CORRETA.** Art. 1.119. A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 54.** Com base na Lei n.º 6.024/1974, assinale a opção correta a respeito da liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

A) A decretação da liquidação não suspende as execuções de sentença já em curso contra a instituição financeira sob intervenção, o que só ocorrerá se for declarada a sua falência.

**Comentários:** ERRADA. “Art. 18 da lei: A decretação da liquidação extrajudicial **produzirá**, de imediato, os seguintes efeitos: a) **suspensão das ações e execuções** iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, não podendo ser intentadas quaisquer outras, enquanto durar a liquidação.”

# 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

Em quem não incide a Lei (art. 2º, II da LRF)

- Inciso II, **PARCIALMENTE EXCLUÍDOS (1/2):**
  - Instituições financeiras (públicas ou privadas);
  - Consórcios;
  - Seguradoras;
  - Operadoras de plano de saúde;
  - Entidades de previdência complementar;
  - Câmara de compensação (art. 193).

# 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

Em quem não incide a Lei (art. 2º, II da LRF)

- Inciso II, **PARCIALMENTE EXCLUÍDOS (2/2):**
  - Cooperativas de crédito;
  - Sociedades de capitalização; e
  - Outras entidades legalmente equiparadas a estas:
    - Administradora de cartões de crédito são equiparadas a instituições financeiras pela jurisprudência do STJ.



## **2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)**

### **Por que parcialmente excluídos?**

- **Num primeiro momento, não se pode ajuizar uma ação de falência contra as pessoas parcialmente excluídas. Estas também não podem requerer recuperação judicial.**
- **Mas todas as pessoas acima (art. 2º, II) podem sofrer liquidação extrajudicial, na qual será nomeado liquidante. Esse liquidante, por sua vez, e somente ele, pode requerer sua falência.**
- **Tais agentes do inciso II possuem leis específicas que disciplinam o tratamento jurídico de sua insolvência, submetendo-os a um processo especial de liquidação extrajudicial. Por exemplo, Lei 6.024/74 (instituições financeiras) e Decreto-lei 73/66 (seguradoras).**

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 54.** Com base na Lei n.º 6.024/1974, assinale a opção correta a respeito da liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

**B) Administradores, membros do conselho fiscal e até terceiros à instituição financeira em liquidação podem ficar com bens indisponíveis, sendo impedidos de aliená-los até se apurar sua responsabilidade.**

**Comentários:** **CORRETA.** “Art. 36. Os administradores das instituições financeiras em intervenção, em liquidação extrajudicial ou em falência, ficarão com todos os seus bens indisponíveis não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades”

# 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 54.** Com base na Lei n.º 6.024/1974, assinale a opção correta a respeito da liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

**C)** A liquidação dos bens de instituição financeira deve obedecer às disposições sobre realização do ativo previstas na **legislação falimentar** em vigor.

**Comentários:** ERRADA. “Art. 31. No resguardo da economia pública, da poupança privada e da segurança nacional, sempre que a atividade da entidade liquidanda colidir com os interesses daquelas áreas, poderá o liquidante, prévia e expressamente autorizado pelo Banco Central do Brasil, adotar qualquer forma especial ou qualificada de realização do ativo e liquidação do passivo, ceder o ativo a terceiros, organizar ou reorganizar sociedade para continuação geral ou parcial do negócio ou atividade da liquidanda.”

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 54.** Com base na Lei n.º 6.024/1974, assinale a opção correta a respeito da liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

**D) As sociedades que podem ser submetidas a liquidação extrajudicial são essencialmente empresariais e devem estar organizadas como sociedades anônimas com capital aberto ou fechado.**

**Comentários:** ERRADA. Podem ser sociedades simples (cooperativas).

**“Art. 1º As instituições financeiras privadas e as públicas não federais, assim como as cooperativas de crédito, estão sujeitas, nos termos desta Lei, à intervenção ou à liquidação extrajudicial, em ambos os casos efetuada e decretada pelo Banco Central do Brasil.”**

**“Art. 25. As instituições financeiras privadas, exceto as cooperativas de crédito, constituir-se-ão unicamente sob a forma de sociedade anônima, devendo a totalidade de seu capital com direito a voto ser representada por ações nominativas.”**

# 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 54.** Com base na Lei n.º 6.024/1974, assinale a opção correta a respeito da liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

E) A liquidação extrajudicial pode ser iniciada por decisão administrativa ou, na ausência injustificada desta, por **decisão judicial**, garantidos, nesse caso, o contraditório e a ampla defesa à sociedade empresarial.

**Comentários: ERRADA.**

**“Art . 15. Decretar-se-á a liquidação extrajudicial da instituição financeira:**

**I - ex officio :**

**II - a requerimento dos administradores da instituição - se o respectivo estatuto social lhes conferir esta competência - ou por proposta do interventor, expostos circunstanciadamente os motivos justificadores da medida.**

**Art. 34. Aplicam-se a liquidação extrajudicial no que couberem e não colidirem com os preceitos desta Lei, as disposições da Lei de Falências (...), equiparando-se ao síndico, o liquidante, ao juiz da falência, o Banco Central do Brasil (...).”**

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 55.** Considerando a Lei n.º 4.595/1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o CMN, assinale a opção correta. (**ANULADA – 2 respostas possíveis**)

**A) A emissão de moeda-papel brasileira é competência privativa da autarquia federal Casa da Moeda do Brasil, conforme os limites previamente fixados pelo CMN.**

**Comentários:** ERRADA. A Casa da Moeda **fabrica**, quem emite é o Banco Central .

(<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ%2011-Fun%C3%A7%C3%B5es%20do%20Banco%20Central%20do%20Brasil.pdf>)

# 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 55.** Considerando a Lei n.º 4.595/1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o CMN, assinale a opção correta. (**ANULADA – 2 respostas possíveis**)

**B) O SFN é integralmente constituído pelas instituições financeiras públicas e privadas que operam no território nacional.**

**Comentários:** ERRADA. Lei 4/595, Art. 1º O sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:

**I - do Conselho Monetário Nacional;**

**II - do Banco Central da República do Brasil;**

**II - do Banco Central do Brasil; (Redação dada pelo Del nº 278, de 28/02/67)**

**III - do Banco do Brasil S. A.;**

**IV - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;**

**V - das demais instituições financeiras públicas e privadas.**

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 55.** Considerando a Lei n.º 4.595/1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o CMN, assinale a opção correta. (**ANULADA – 2 respostas possíveis**)

**C) O CMN é órgão federal com a atribuição precípua de supervisionar os integrantes do SFN.**

**Comentários:** ERRADA. Art. 2º: Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito, e criado em substituição, o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de **formular a política da moeda e do crédito** como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País.



## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 55.** Considerando a Lei n.º 4.595/1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o CMN, assinale a opção correta. (**ANULADA – 2 respostas possíveis**)

**D) O ministro da Fazenda e o do Planejamento têm assento permanente no CMN.**

**Comentários:** **CORRETA.** Lei 9.069/95. “Art. 8º O Conselho Monetário Nacional, criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a ser integrado pelos seguintes membros:

**I - Ministro de Estado da Fazenda, na qualidade de Presidente;**

**II - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)**

**III - Presidente do Banco Central do Brasil.”**

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 55.** Considerando a Lei n.º 4.595/1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o CMN, assinale a opção correta. (**ANULADA – 2 respostas possíveis**)

E) Compete privativamente ao BACEN, ente autárquico federal, exercer o controle do crédito sob todas as suas formas.

Comentários: **CORRETA:** (...) Art. 10. Compete privativamente ao Banco Central da República do Brasil: (...) VI - **Exercer o controle do crédito sob todas as suas formas.**

Justificativa do CESPE para anulação da questão: Sendo assim, tanto a opção D como a opção E da questão são verdadeiros. Por tal motivo, defere-se o recurso para anular a questão, já que ela aceita duas opções verdadeiras.

# 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 56.** A respeito dos contratos comerciais, assinale a opção correta.

A) Corretagem consiste em contrato no qual o corretor, operando por prestação de serviços **ou por mandato**, obriga-se a obter, para o seu cliente, um ou mais negócios, conforme as instruções dele recebidas.

Comentários: ERRADA. “Art. 722, CC: Pelo contrato de corretagem, uma pessoa, **não ligada a outra em virtude de mandato**, de **prestação de serviços** ou por qualquer relação de dependência, obriga-se a obter para a segunda um ou mais negócios, conforme as instruções recebidas.”

Pelo Professor Caio Mário: “contrato de corretagem é aquele pelo qual uma pessoa, mediante remuneração, obriga-se a intermediar negócios para outra, prestando informações e esclarecimentos que se fizerem necessários para celebração do contrato intermediado.”

# 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 56.** A respeito dos contratos comerciais, assinale a opção correta.

**B)** Mediante contrato de consignação, o consignante entrega bens móveis ou imóveis **para o consignatário vender em próprio nome e à sua conta.**

**Comentários:** ERRADA. Art. 534 do CC: Pelo contrato estimatório (=consignação), o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica **autorizado a vendê-los**, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada.

# 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 56.** A respeito dos contratos comerciais, assinale a opção correta.

**C)** Caracteriza-se a distribuição no contrato de agência especialmente porque **o agente tem ao seu dispor a coisa negociada.**

**Comentários: CORRETA.** Art. 710, CC: Pelo contrato de agência, uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada, caracterizando-se a distribuição **quando o agente tiver à sua disposição a coisa a ser negociada.**

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 56.** A respeito dos contratos comerciais, assinale a opção correta.

D) Denomina-se comissão o contrato por meio do qual o **comitente adquire ou vende bens em seu próprio nome**, à conta do comissário.

**Comentários:** ERRADA. Art. 693, CC: O contrato de comissão tem por objeto a **aquisição ou a venda de bens pelo comissário**, em seu próprio nome, à conta do comitente.

# 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

QUESTÃO 56. A respeito dos contratos comerciais, assinale a opção correta.

E) Franquia é o contrato em que ocorre uma cessão de marca necessariamente associada à prestação de serviços.

Comentários: ERRADA. **Pode abranger produtos e serviços.** “Artigo 2º da Lei 8.955/94: Franquia empresarial é o sistema pelo qual um franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de **produtos ou serviços** e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício.”

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 57.** O contrato por meio do qual alguém entrega quantia de dinheiro ao banco para que este dela disponha livremente, com a obrigação de restituí-la ao depositante ou de entregá-la, em uma única vez ou em partes, à pessoa que este indicar, caracteriza-se como:

- A) conta-corrente bancária.
- B) mútuo bancário.
- C) crédito documentado bancário.
- D) abertura de crédito bancário.
- E) depósito bancário.



## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 58.** Com relação ao registro de invenções no INPI, assinale a opção correta.

A) A extensão da proteção da patente é determinada com base no relatório descritivo do pedido, que pode ser modificado pelo autor **até a publicação do resumo em revista oficial**.

Comentários: ERRADA. “Art. 32 da LPI. Para melhor esclarecer ou definir o pedido de patente, o depositante poderá efetuar alterações **até o requerimento do exame**, desde que estas se limitem à matéria inicialmente revelada no pedido”.

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**DEPÓSITO:** Antes de procurar o INPI, o empresário deve fazer um relatório descritivo sobre a sua criação. Com três vias dessa documentação em mãos, pode fazer o pedido pessoalmente ou enviá-lo pelo correio. O custo é de R\$ 200. Vale lembrar que, para todas as etapas, há desconto de 60% para pequenas empresas, cooperativas e microempreendedores individuais.

**SIGILO:** O pedido fica em sigilo por 18 meses. Após esse período, ele é publicado na RPI (revista.inpi.gov.br). Esse prazo é determinado por lei, mas o empresário pode encurtá-lo se pagar uma taxa de R\$ 200.

**ANUIDADE:** Dois anos após fazer o depósito do pedido, o empresário terá de pagar a primeira anuidade, que sai a R\$ 250. Depois disso, passa a pagar a taxa a cada 12 meses durante o prazo de vigência da patente. Os valores aumentam, progressivamente, até R\$ 1.690 (preço válido do 16º ao 20º ano de vigência).

**EXAME:** Após depositar o pedido, o empresário tem até três anos para solicitar sua avaliação pelo examinador, que pode fazer novas exigências técnicas ou dizer que ele não atende aos requisitos para proteção. O empresário tem 90 dias para se manifestar. Custo da etapa: R\$ 320 (modelo de utilidade) e R\$ 500 (invenção).

**CARTA-PATENTE:** Quando o pedido é concedido, o empresário tem até 60 dias para pagar a taxa (R\$ 200) e obter a carta-patente.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/emprego/confira-as-etapas-que-envolvem-processo-de-pedido-de-patente-2718122#ixzz3Zpr9Gvqn>

# 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 58.** Com relação ao registro de invenções no INPI, assinale a opção correta.

**B) Os litígios judiciais sobre a validade ou a defesa de direitos protegidos por patentes têm como foro necessário a **justiça federal**, em razão da natureza jurídica do INPI.**

**Comentários: ERRADA. Só há competência da JF se houver interesse específico do INPI na causa. PROCESSO PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. USO INDEVIDO DE MARCA. ATOS PRATICADO NO INTUITO DE LEVAR VANTAGEM COMERCIAL. INTERESSE ÚNICO DO TITULAR DO DIREITO DE MARCA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DO INPI, AUTARQUIA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.**

**Compete à Justiça Comum julgar os casos de utilização indevida de marca quando as infrações incidirem, não sobre a higidez e a legalidade do seu registro junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, autarquia federal, mas em detrimento do direito exclusivo aos dividendos comerciais, frutos da relação de propriedade surgido depois do registro. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da Comarca de Nova Friburgo, RJ. (CC 33.939/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/03/2007, DJ 26/03/2007, p. 193)**

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 58.** Com relação ao registro de invenções no INPI, assinale a opção correta.

**C) O INPI pode iniciar procedimento administrativo para a anulação de patente no prazo de até **cinco anos** contados da concessão do registro, ocorrendo, após esse prazo, a decadência do poder da administração para invalidar o registro.**

**Comentários: ERRADA. “Art. 51. O processo de nulidade poderá ser instaurado de ofício ou mediante requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, **no prazo de 6 (seis) meses contados da concessão da patente.**”**

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 58.** Com relação ao registro de invenções no INPI, assinale a opção correta.

**D)** Durante o processo administrativo de registro da patente no INPI, qualquer pessoa que demonstrar interesse poderá apresentar documentos no período entre a publicação do pedido e o final do exame.

**Comentários:** **CORRETA.** “Art. 31 da LPI. Publicado o pedido de patente e até o final do exame, **será facultada a apresentação, pelos interessados,** de documentos e informações para subsidiarem o exame.”

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 58.** Com relação ao registro de invenções no INPI, assinale a opção correta.

**E) O registro de patente somente pode ser requerido pelo autor da invenção, que pode, a qualquer momento, dispor dos direitos patrimoniais protegidos pela patente por meio de acordo em separado.**

**Comentários: ERRADA.** “Art. 6º § 2º A patente poderá ser requerida **em nome próprio, pelos herdeiros ou sucessores do autor, pelo cessionário ou por aquele a quem** a lei ou o contrato de trabalho ou de prestação de serviços determinar que pertença a titularidade”

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

59. A respeito do registro de marca no INPI, nos termos da Lei n.º 9.279/1996, assinale a opção correta.

A) A proteção da marca não se limita à função de marcar produtos e serviços, podendo envolver também o uso da marca em papéis, impressos, propaganda e documentos relativos à atividade do titular da marca.

Comentários: **CORRETA**. “Art. 131. A proteção de que trata esta Lei abrange o uso da marca em papéis, impressos, propaganda e documentos relativos à atividade do titular”

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

59. A respeito do registro de marca no INPI, nos termos da Lei n.º 9.279/1996, assinale a opção correta.

B) Pessoa física pode requerer registro de marca desde que comprove ser empresária e demonstre estar o sinal visual relacionado à atividade que efetivamente exerce.

Comentários: ERRADA. “Art. 128. Podem requerer registro de marca as **pessoas físicas ou jurídicas** de direito público ou de direito privado. § 1º As pessoas de direito privado só podem requerer registro de marca relativo à atividade que exerçam efetiva e lícitamente, de modo direto **ou através de empresas** que controlem direta ou indiretamente, declarando, no próprio requerimento, esta condição, sob as penas da lei.”



# 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

59. A respeito do registro de marca no INPI, nos termos da Lei n.º 9.279/1996, assinale a opção correta.

C) O uso de marca de **alto renome** confere proteção ao seu titular em todos os ramos de atividade, independentemente de registro prévio no INPI.

Comentários: ERRADA. Sobre a marca de alto renome, é preciso registro: “Art. 125. À marca **registrada no Brasil** considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade.

A marca **notoriamente** conhecida em seu ramo de atividade nos termos do art. 6º bis (I), da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial, goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.

“A marca de alto renome é aquela conhecida no mercado de consumo em geral, que alcançou um patamar de grande reconhecimento e reputação positiva, sendo protegida em todos os ramos de atividade, conforme art. 125 da Lei 9.279/96: Já a marca notoriamente conhecida é aquela registrada em outro país, mas que possui expressivo reconhecimento perante os consumidores”. Fonte: <http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2094535/qual-a-diferenca-entre-marca-de-alto-renome-e-marca-notoriamente-conhecida-mariana-egidio-lucciola>

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

59. A respeito do registro de marca no INPI, nos termos da Lei n.º 9.279/1996, assinale a opção correta.

D) Para ser registrado como marca, o sinal visual deve reunir as seguintes características: novidade, atividade inventiva e aplicabilidade comercial ou industrial.

Comentários: ERRADA. **Tais são os requisitos da alternativa são da patente, não da marca.** Art. 122. São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais.

“Art. 123. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - marca de produto ou serviço: aquela usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa;

II - marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada; e

III - marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade.”

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

59. A respeito do registro de marca no INPI, nos termos da Lei n.º 9.279/1996, assinale a opção correta.

E) Cabe aos empresários do respectivo setor requerer marca de certificação de produto, demonstrando que sua fabricação decorre de atividade exercida efetiva e lícitamente.

**Comentários: ERRADA.** Empresário do ramo, com interesse na certificação, não pode requerê-la. Art. 128. Podem requerer registro de marca as pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou de direito privado. § 3º O registro da marca de certificação **só poderá ser requerido por pessoa sem interesse comercial ou industrial direto no produto ou serviço atestado.**

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 60.** Caso seja concedida, pelo juiz, a recuperação judicial de sociedade empresária, conforme a Lei n.º 11.101/2005, só então ocorrerá, necessariamente, a

**A) novação dos créditos envolvidos pelo plano de recuperação, sem prejuízo das garantias oferecidas por fiadores e obrigados de regresso.**

**Comentários:** **CORRETA.** “Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1o do art. 50 desta Lei.”

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 60.** Caso seja concedida, pelo juiz, a recuperação judicial de sociedade empresária, conforme a Lei n.º 11.101/2005, só então ocorrerá, necessariamente, a

**B) formação de assembleia geral de credores para acompanhar a recuperação judicial até o seu término regular ou a sua convalidação em falência.**

**Comentários:** ERRADA. Só acontece se houver objeção. “Art. 56. **Havendo objeção** de qualquer credor ao plano de recuperação judicial, **o juiz convocará a assembléia-geral** de credores para deliberar sobre o plano de recuperação”.

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 60.** Caso seja concedida, pelo juiz, a recuperação judicial de sociedade empresária, conforme a Lei n.º 11.101/2005, só então ocorrerá, necessariamente, a

**C) suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.**

**Comentários:** ERRADA. Este é efeito do processamento, não da concessão da recuperação judicial. “Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato: III – ordenará a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam (...)”

**Além do mais:** “art. 6º, § 7º. As execuções de natureza fiscal não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica.”

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 60.** Caso seja concedida, pelo juiz, a recuperação judicial de sociedade empresária, conforme a Lei n.º 11.101/2005, só então ocorrerá, necessariamente, a

**D) substituição dos antigos administradores da empresa devedora por administrador judicial, a quem competirá fazer cumprir o plano de recuperação aprovado em assembleia de credores.**

**Comentários:** ERRADA. Essa medida é excepcional. “Art. 64. Durante o procedimento de recuperação judicial, o devedor ou seus administradores serão mantidos na condução da atividade empresarial, sob fiscalização do Comitê, se houver, e do administrador judicial, salvo se qualquer deles: (...)”.

Na falência há essa troca da administração.

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 60.** Caso seja concedida, pelo juiz, a recuperação judicial de sociedade empresária, conforme a Lei n.º 11.101/2005, só então ocorrerá, necessariamente, a

**E) formação, a cargo do administrador judicial, do quadro-geral de credores, que deve ser submetido à homologação do juiz em até quarenta e cinco dias.**

**Comentários: ERRADA.** “Há a publicação do edital em até 45 dias, e não a submissão à homologação pelo juiz. “Art. 7º § 2º O administrador judicial, com base nas informações e documentos colhidos na forma do caput e do § 1º deste artigo, fará publicar edital contendo a relação de credores no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado do fim do prazo do § 1º deste artigo, devendo indicar o local, o horário e o prazo comum em que as pessoas indicadas no art. 8º desta Lei terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração dessa relação.”



## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 61.** Uma sociedade limitada, alienante, celebrou contrato de trespasse com uma sociedade anônima, adquirente, e, decorridos três meses, a alienante requereu a própria falência, que lhe foi deferida. Com relação a essa situação hipotética e ao contrato de trespasse como regulado pelo Código Civil, assinale a opção correta.

A) Mediante contrato de trespasse, transfere-se ao adquirente uma **universalidade de direitos**, ou seja, todo o patrimônio da alienante.

**Comentários:** ERRADA. É uma universalidade de fato.

Vamos lembrar do 1.142 do CC: “Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”

Agora vamos combiná-lo com o artigo 90 do CC: “Art. 90. Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária. Parágrafo único. Os bens que formam essa universalidade podem ser objeto de relações jurídicas próprias.”

Também com o 1.143, CC: “Art. 1.143. Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza”.

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 61.** Uma sociedade limitada, alienante, celebrou contrato de trespasse com uma sociedade anônima, adquirente, e, decorridos três meses, a alienante requereu a própria falência, que lhe foi deferida. Com relação a essa situação hipotética e ao contrato de trespasse como regulado pelo Código Civil, assinale a opção correta.

B) Como o trespasse ocorreu **dentro do termo legal da falência**, o negócio jurídico deve ser revertido, devolvendo-se o que foi adquirido à massa falida.

**Comentários: ERRADA.**

“Art. 129. São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores: VI – **a venda ou transferência de estabelecimento feita sem o consentimento expresso ou o pagamento de todos os credores**, a esse tempo existentes, não tendo restado ao devedor bens suficientes para solver o seu passivo, **salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, não houver oposição dos credores**, após serem devidamente notificados, judicialmente ou pelo oficial do registro de títulos e documentos.”

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 61.** Uma sociedade limitada, alienante, celebrou contrato de trespasse com uma sociedade anônima, adquirente, e, decorridos três meses, a alienante requereu a própria falência, que lhe foi deferida. Com relação a essa situação hipotética e ao contrato de trespasse como regulado pelo Código Civil, assinale a opção correta.

**C)** Os débitos **contabilizados** pela sociedade limitada que sejam anteriores ao trespasse devem ser cobrados na falência, não sendo oponíveis à sociedade anônima adquirente.

**Comentários:** ERRADA. “Art. 1.146, CC. O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, **desde que regularmente contabilizados**, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento”

Se foram contabilizados, ficam com o adquirente do estabelecimento.

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 61.** Uma sociedade limitada, alienante, celebrou contrato de trespasse com uma sociedade anônima, adquirente, e, decorridos três meses, a alienante requereu a própria falência, que lhe foi deferida. Com relação a essa situação hipotética e ao contrato de trespasse como regulado pelo Código Civil, assinale a opção correta.

**D) A sociedade anônima pode extinguir sua responsabilidade pelos débitos da falida se depositar no juízo da falência os bens adquiridos e notificar os credores para receber o que lhes for devido por rateio.**

**Comentários: ERRADA.** A falência não é dela e não há na Lei o procedimento descrito.

## 2011 – TRF 5 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 61.** Uma sociedade limitada, alienante, celebrou contrato de trespasse com uma sociedade anônima, adquirente, e, decorridos três meses, a alienante requereu a própria falência, que lhe foi deferida. Com relação a essa situação hipotética e ao contrato de trespasse como regulado pelo Código Civil, assinale a opção correta.

**E)** Os credores da sociedade falida à época não poderão requerer a ineficácia do trespasse se, demonstrado que foram devidamente intimados da alienação, não tiverem manifestado oposição no prazo de trinta dias.

**Comentários:** CORRETA. CC: “Art. 1.145. Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, **ou do consentimento destes**, de modo expresso ou **tácito**, em trinta dias a partir de sua notificação”. Na Lei 11.101: “Art. 129. São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores:

(...) VI - a venda ou transferência de estabelecimento feita sem o consentimento expresso ou o pagamento de todos os credores, a esse tempo existentes, não tendo restado ao devedor bens suficientes para solver o seu passivo, **salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, não houver oposição dos credores, após serem devidamente notificados**, judicialmente ou pelo oficial do registro de títulos e documentos”

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 56.** A respeito dos contratos comerciais em espécie, assinale a opção correta.

A) Deve ser considerada venda sob condição a venda, à vista, de amostras, sendo ela **considerada perfeita** se as coisas efetivamente entregues tiverem qualidades correspondentes às das amostras.

**Comentários: ERRADA.**

Código Civil. “Art. 484. Se a venda se realizar à vista de amostras, protótipos ou modelos, entender-se-á que o vendedor assegura ter a coisa as qualidades que a elas correspondem. Parágrafo único. **Prevalece a amostra, o protótipo ou o modelo, se houver contradição ou diferença com a maneira pela qual se descreveu a coisa no contrato.**”

“Art. 509. A venda feita a contento do comprador entende-se realizada sob condição suspensiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue; **e não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu agrado**”

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 56.** A respeito dos contratos comerciais em espécie, assinale a opção correta.

**B)** Em se tratando de contrato de factoring, é lícito a cobrança de juros em percentual superior a 12% ao ano.

**Comentários:** ERRADA. A lei de usura limita a 12% ao ano.

**“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE "FACTORING". VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO JUROS REMUNERATÓRIOS. LEI DE USURA. INCIDÊNCIA. LIMITAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. COBRANÇA DE JUROS DE FORMA DISFARÇADA. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1.- O prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso haver sido examinado pela decisão atacada, constitui exigência inafastável da própria previsão constitucional, ao tratar do recurso especial, impondo-se como um dos principais requisitos ao seu conhecimento. Não examinada a matéria objeto do especial pela instância a quo, incidem os enunciados 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. 2. **Nos contratos de factoring, a taxa de juros remuneratórios está limitada em 12% ao ano, nos termos da Lei de Usura.** Precedentes. 3.- Tendo o Tribunal a quo concluído que a recorrente cobrava juros acima do limite legal, de forma disfarçada, sob a denominação de taxa ad valorem, a alteração do julgado necessitaria do revolvimento do material fático-probatório dos autos. 4.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 127.209/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/03/2012, DJe 19/04/2012)”**

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 56.** A respeito dos contratos comerciais em espécie, assinale a opção correta.

**C)** A autorização da ação de reintegração de posse da arrendante, no caso de arrendamento mercantil, independe de notificação prévia do arrendatário, que se considera em mora em razão do inadimplemento da obrigação de que tenha pleno conhecimento (dies interpellatio hominis).

**Comentários:** ERRADA. Súmula 369 do STJ: “no contrato de arrendamento mercantil (leasing), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, **é necessária a notificação prévia do arrendatário** para constitui-lo em mora”



# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 56.** A respeito dos contratos comerciais em espécie, assinale a opção correta.

D) A previsão de cláusula del credere no contrato de comissão mercantil **impõe ao comissário a obrigação de responder**, perante o terceiro adquirente com quem contrata, **pela solvência do comitente**.

**Comentários:** ERRADA. O comissário não responde pela solvência do comitente, mas **solidariamente** com as pessoas com quem houver tratado em nome do comitente.

**Código Civil:** Art. 697. O comissário não responde pela insolvência das pessoas com quem tratar, exceto em caso de culpa e no do artigo seguinte.

**Art. 698.** Se do contrato de comissão constar a cláusula del credere, **responderá o comissário solidariamente** com as pessoas com que houver tratado em nome do comitente, caso em que, salvo estipulação em contrário, o comissário tem direito a remuneração mais elevada, para compensar o ônus assumido.

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 56.** A respeito dos contratos comerciais em espécie, assinale a opção correta.

**E) É lícita a inclusão, no contrato de cartão de crédito, de cláusula mandato que tenha como efeito autorizar a administradora do contratante a representá-lo perante instituições financeiras, visando obter financiamento do crédito por ele utilizado.**

**Comentário: CORRETA.**

STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 860382 RJ 2006/0124651-7 (STJ). Data de publicação: 17/11/2010. Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. **CONTRATO BANCÁRIO. CARTÃO DE CRÉDITO. CLÁUSULA-MANDATO. LEGALIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. ADMISSIBILIDADE. MP 1.963 -17/2000. RECURSO DESPROVIDO. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional nos embargos de declaração, se o Tribunal de origem enfrenta a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que sucintamente. A motivação contrária ao interesse da parte não se traduz em maltrato ao art. 535 do CPC . 3. **Este Tribunal Superior prega ser lícita a cláusula-mandato nos contratos de cartão de crédito, pois permite à administradora buscar recursos no mercado para financiar as despesas não cobertas no vencimento pelo cliente.** Como não há, na hipótese, o exclusivo interesse da fornecedora, revela-se inaplicável a Súmula 60 do STJ. 4. "As empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura " (Súmula 283 /STJ). 5. Consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, é possível a cobrança da capitalização mensal de juros, desde que pactuada, nos contratos bancários celebrados após a edição da Medida Provisória nº 1.963 -17, de 30 de março de 2000 (MP n. 2.170 -36/2001). 6. Agravo regimental a que se nega provimento.**

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 57.** A respeito do SFH, assinale a opção correta. **(ANULADA – 2 respostas possíveis)**

**A) Tratando-se de contratos vinculados ao SFH, é lícita a capitalização anual de juros.**

Comentários: **CORRETA.** Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE. CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA, DESDE QUE NÃO CUMULADA COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. **CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS. POSSIBILIDADE.** CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. VEDAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. POSSIBILIDADE, DESDE QUE PACTUADA. SÚMULA 295 /STJ. 1. Reconsideração da decisão agravada, por cuidarem de matérias distintas o processo paradigma e a hipótese vertente, não havendo motivo para o sobrestamento do feito. 2. A Segunda Seção desta Corte pacificou entendimento no sentido de que, com a edição da Lei 4.595 /64, não se aplica a limitação de 12% ao ano aos contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica. Ademais, nos termos da súmula 382 /STJ, "a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade". 3. No período de inadimplência, é devida exclusivamente a comissão de permanência, sem cumulação com correção monetária, juros moratórios, multa contratual ou juros remuneratórios. Precedentes. **4. Admitida a capitalização de juros, na periodicidade anual, conforme precedentes do STJ.** 5. Nas cédulas de crédito comercial, incide a limitação dos juros remuneratórios em 12% ao ano, sendo vedada a cobrança da comissão de permanência. Precedentes. 6. Tendo o acórdão recorrido autorizado a capitalização mensal dos juros na cédula de crédito comercial, carece o especial, no particular, do necessário interesse recursal. 7. "A Taxa Referencial (TR) é indexador válido para contratos posteriores à Lei n. 8.177 /91, desde que pactuada" (súmula 295 /STJ). 8. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO E RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E, EM PARTE, PROVIDO.

Decisão:04/11/2010 AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 797861 SC 2005/0190203-5 (STJ) Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO.

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

QUESTÃO 57. A respeito do SFH, assinale a opção correta. (**ANULADA – 2 respostas possíveis**)

B) Os juros remuneratórios previstos em contratos vinculados ao SFH estão limitados a 10% ao ano.

Comentários: ERRADA. Súmula 422 STJ. O art. 6º, e, da Lei n. 4.380/1964 não estabelece limitação aos juros remuneratórios nos contratos vinculados ao SFH. Ementa: Agravo regimental. Mútuo habitacional. **Limitação dos juros remuneratórios em 10%. Inaplicabilidade.** Sucumbência recíproca. Proporção. 1. O STJ entende que o artigo 6º, "e", da Lei nº 4.380, de 1964, não limitou os juros remuneratórios a 10% ao ano, mas tão-somente tratou dos critérios de reajuste de contratos de financiamento, previstos no artigo 5º do mesmo diploma legal. 2. Os ônus sucumbenciais devem ser proporcionais ao decaimento de cada parte no processo. 3. Agravo regimental desprovido. AGRESP 957604 RS 2007/0127760-0 DECISÃO 18/11/2008. DJE DATA:01/12/2008

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

QUESTÃO 57. A respeito do SFH, assinale a opção correta. (**ANULADA – 2 respostas possíveis**)

C) Para a execução hipotecária de crédito vinculado ao SFH, é suficiente que a respectiva petição inicial esteja instruída com um aviso de cobrança.

Comentários: ERRADA. “Súmula 199 STJ: Na execução hipotecária de crédito vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação, nos termos da Lei 5.741/71, a petição inicial deve ser instruída com, **pelo menos, dois avisos de cobrança**”.

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

QUESTÃO 57. A respeito do SFH, assinale a opção correta. (**ANULADA – 2 respostas possíveis**)

D) Em se tratando de contratos vinculados ao SFH, a correção monetária incide após a amortização do saldo devedor pelo pagamento da prestação.

Comentários: ERRADA. É o inverso. “Súmula: 450, STJ: Nos contratos vinculados ao SFH, **a atualização do saldo devedor antecede sua amortização** pelo pagamento da prestação”.

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 57.** A respeito do SFH, assinale a opção correta. (**ANULADA – 2 respostas possíveis**)

**E) É lícita a utilização, nos contratos vinculados ao SFH, da taxa referencial para correção do saldo devedor, desde que no contrato esteja prevista correção pelo índice aplicável à poupança.**

**Comentários: CORRETA.** “Súmula: 454, STJ: Pactuada a correção monetária nos contratos do SFH pelo mesmo índice aplicável à caderneta de poupança, incide a taxa referencial (TR) a partir da vigência da Lei n. 8.177/1991”.

**\* A questão foi anulada. JUSTIFICATIVA PARA A ANULAÇÃO:** Além da opção apontada como gabarito (letra "e"), a opção que afirma que “tratando-se de contratos vinculados ao SFH, é lícita a capitalização anual de juros” também está correta. Por esse motivo, opta-se pela anulação da questão.

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 58.** A respeito das sociedades previstas no Código Civil, assinale a opção correta.

**A)** Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditários são obrigados apenas pelo valor de suas quotas.

**Comentários:** **CORRETA.** “Art. 1.045. Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.”



# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

## Quadro esquemático dos “tipinhos” societários

<b>Tipo</b>	<b>Pode ser sócio</b>	<b>Responsabilidade</b>	<b>Administração</b>	<b>Regra geral</b>
<b>Nome coletivo</b>	<b>PF* (1.039)</b>	<b>Solidária e ilimitada (1.039)</b>	<b>Exclusiva dos sócios (1.042)</b>	<b>Simples (1.040)</b>
<b>Comandita simples</b>	<b>PF - Comanditados (1.045)</b>	<b>Solidária e ilimitada (1.045)</b>	<b>Exclusiva do comanditado (1.046 e 1.047 c/c 1.042)</b>	<b>Simples (1.046 c/c 1.040)</b>
	<b>Qualquer um - Comanditários (1.045)</b>	<b>Valor das quotas (1.045)</b>		
<b>Cooperativa</b>	<b>Qualquer um</b>	<b>Limitada se responder pelos prejuízos (1.093, § 1º); ilimitada senão (1.093, § 2º)</b>	<b>Concurso de sócios (1.094, II)</b>	<b>Simples (1.096)</b>
<b>Simples pura</b>	<b>Qualquer um que exerça atividade não empresária (982)</b>	<b>Ilimitada</b>	<b>Sócios e não sócios (1.019, p. único)</b>	<b>Simples (983)</b>

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 58.** A respeito das sociedades previstas no Código Civil, assinale a opção correta.

**B) Na sociedade em conta de participação, obrigam-se todos os sócios perante terceiros com quem a sociedade contrata.**

**Comentários: ERRADA.** “Art. 991. Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.

**Parágrafo único.** Obriga-se perante terceiro tão-somente o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do contrato social”

## 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 58.** A respeito das sociedades previstas no Código Civil, assinale a opção correta.

**C) A sociedade em nome coletivo pode contar, entre seus sócios com outra sociedade.**

**Comentários: ERRADA. “Art. 1.039. Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais”**

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 58.** A respeito das sociedades previstas no Código Civil, assinale a opção correta.

**D) Na sociedade em comandita por ações, o acionista diretor não tem direito ao benefício de ordem, respondendo solidariamente com a sociedade pelas obrigações sociais.**

**Comentários:** “ERRADA. Art. 1.091. Somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, **como diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.**”

## 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 58.** A respeito das sociedades previstas no Código Civil, assinale a opção correta.

**E)** A sociedade simples deve ser registrada no registro público de empresas.

**Comentários:** ERRADA. Art. 998 do Código Civil: “Nos trinta dias subsequentes à sua constituição, a sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede”

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 59.** João emitiu, em 1.º/10/2012, um cheque em pagamento de uma mercadoria no valor de R\$ 500,00 avalizado por Bosco — que aceitou dar o aval no valor de R\$ 300,00. Dois dias após a celebração do contrato, João constatou um grave defeito na mercadoria, que impedia seu funcionamento. Ao procurar o vendedor, para devolver a mercadoria e receber seu cheque de volta, João foi por ele informado de que o cheque havia sido endossado a Pedro, que, procurado por João, informou-lhe que endossara o cheque em branco. Carlos, que havia recebido o cheque, tendo preenchido o endosso em seu nome, apresentou-o, no dia 28/10/2012, para pagamento. O pagamento do cheque foi recusado por falta de fundos, motivo declarado no próprio cheque pela câmara de compensação. Com base na situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta. \* Respostas com base na lei Lei 7357/85, “Lei do Cheque”.

**A) Apenas depois de cobrar de Pedro o pagamento do cheque, poderá Carlos cobrar dos demais portadores do cheque, já que foi Pedro quem lhe endossou o cheque.**

**Comentários:** ERRADA. Não há ordem de preferência e a obrigação é solidária. Lei 7.357/85:

**“Art. 51 Todos os obrigados respondem solidariamente para com o portador do cheque.**

**§ 1º - O portador tem o direito de demandar todos os obrigados, individual ou coletivamente, sem estar sujeito a observar a ordem em que se obrigaram. O mesmo direito cabe ao obrigado que pagar o cheque.**

**§ 2º A ação contra um dos obrigados não impede sejam os outros demandados, mesmo que se tenham obrigado posteriormente àquele.**

**§ 3º Regem-se pelas normas das obrigações solidárias as relações entre obrigados do mesmo grau.”**

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 59.** João emitiu, em 1.º/10/2012, um cheque em pagamento de uma mercadoria no valor de R\$ 500,00 avalizado por Bosco — que aceitou dar o aval no valor de R\$ 300,00. Dois dias após a celebração do contrato, João constatou um grave defeito na mercadoria, que impedia seu funcionamento. Ao procurar o vendedor, para devolver a mercadoria e receber seu cheque de volta, João foi por ele informado de que o cheque havia sido endossado a Pedro, que, procurado por João, informou-lhe que endossara o cheque em branco. Carlos, que havia recebido o cheque, tendo preenchido o endosso em seu nome, apresentou-o, no dia 28/10/2012, para pagamento. O pagamento do cheque foi recusado por falta de fundos, motivo declarado no próprio cheque pela câmara de compensação. Com base na situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta. \* Respostas com base na lei Lei 7357/85, “Lei do Cheque”.

**B) Para não perder o direito de cobrar de João e dos demais endossantes o valor do cheque, Carlos deve protestá-lo.**

**Comentários: ERRADA.** Não é preciso protestar o cheque para que ele possa ser cobrado do devedor principal (João). O protesto apenas é necessário quando se planeja executar os devedores indiretos (os demais endossantes). “Art. 47, §1º da Lei do Cheque: qualquer das declarações previstas neste artigo dispensa o protesto e produz os efeitos deste”.

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 59.** João emitiu, em 1.º/10/2012, um cheque em pagamento de uma mercadoria **no valor de R\$ 500,00** avalizado por Bosco — **que aceitou dar o aval no valor de R\$ 300,00**. Dois dias após a celebração do contrato, João constatou um grave defeito na mercadoria, que impedia seu funcionamento. Ao procurar o vendedor, para devolver a mercadoria e receber seu cheque de volta, João foi por ele informado de que o cheque havia sido endossado a Pedro, que, procurado por João, informou-lhe que endossara o cheque em branco. Carlos, que havia recebido o cheque, tendo preenchido o endosso em seu nome, apresentou-o, no dia 28/10/2012, para pagamento. O pagamento do cheque foi recusado por falta de fundos, motivo declarado no próprio cheque pela câmara de compensação. Com base na situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta. \* Respostas com base na lei Lei 7357/85, “Lei do Cheque”.

**C) É válido o aval parcial dado por Bosco, estando ele, portanto, obrigado a pagar R\$ 300,00.**

**Comentários:** **CORRETA.** Com “pegadinha”: O Código Civil proíbe o aval parcial de títulos de crédito, contudo, a lei do cheque o permite. Neste caso, prevalece a lei específica. “Art. 29 O pagamento do cheque pode ser garantido, no todo ou em parte, por aval prestado por terceiro, exceto o sacado, ou mesmo por signatário do título”

\*Além do cheque, há previsão de aval parcial para Letra de Câmbio e Nota Promissória. Não há previsão de aval parcial para a Duplicata, logo aplica-se a proibição do Código Civil.



# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 59.** João emitiu, em 1.º/10/2012, um cheque em pagamento de uma mercadoria no valor de R\$ 500,00 avalizado por Bosco — que aceitou dar o aval no valor de R\$ 300,00. Dois dias após a celebração do contrato, **João constatou um grave defeito na mercadoria**, que impedia seu funcionamento. Ao procurar o vendedor, para devolver a mercadoria e receber seu cheque de volta, João foi por ele informado de que o cheque havia sido endossado a Pedro, que, procurado por João, informou-lhe que endossara o cheque em branco. Carlos, que havia recebido o cheque, tendo preenchido o endosso em seu nome, apresentou-o, no dia 28/10/2012, para pagamento. O pagamento do cheque foi recusado por falta de fundos, motivo declarado no próprio cheque pela câmara de compensação. Com base na situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta. \* Respostas com base na lei Lei 7357/85, “Lei do Cheque”.

**D) Em defesa contra eventual cobrança de Carlos, João pode negar-se a pagar sob o argumento de que a mercadoria por ele adquirida parentou grave defeito.**

**Comentários: ERRADO.** Uma vez posto em circulação, o título de crédito se desvincula da relação jurídica que lhe deu origem – **princípio da abstração**.

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 59.** João emitiu, em 1.º/10/2012, um cheque em pagamento de uma mercadoria no valor de R\$ 500,00 avalizado por Bosco — que aceitou dar o aval no valor de R\$ 300,00. Dois dias após a celebração do contrato, João constatou um grave defeito na mercadoria, que impedia seu funcionamento. Ao procurar o vendedor, para devolver a mercadoria e receber seu cheque de volta, João foi por ele informado de que o cheque havia sido endossado a Pedro, que, procurado por João, informou-lhe que **endossara o cheque em branco**. Carlos, que havia recebido o cheque, tendo preenchido o endosso em seu nome, apresentou-o, no dia 28/10/2012, para pagamento. O pagamento do cheque foi recusado por falta de fundos, motivo declarado no próprio cheque pela câmara de compensação. Com base na situação hipotética apresentada acima, assinale a opção correta. \* Respostas com base na lei Lei 7357/85, “Lei do Cheque”.

**E) A transmissão do cheque feita a Carlos é inválida, pois não se admite, na lei, tal modalidade de endosso.**

**Comentários: ERRADO.** “Art. 18 O endosso deve ser puro e simples, reputando-se não-escrita qualquer condição a que seja subordinado.

**§ 2º Vale como em branco o endosso ao portador. O endosso ao sacado vale apenas como quitação, salvo no caso de o sacado ter vários estabelecimentos e o endosso ser feito em favor de estabelecimento diverso daquele contra o qual o cheque foi emitido.”**

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 60.** No que concerne à propriedade industrial, assinale a opção correta.

**\* Obs:** Respostas com base na Lei de Propriedade Industrial: Lei 9279/96.

**A) O Instituto Nacional de Propriedade Industrial não tem legitimidade para propor ação de nulidade de registro concedido em situação que configure contravenção à lei regente, cabendo apenas ao prejudicado propô-la.**

**Comentários:** ERRADA. O INPI tem esta legitimidade. “Art. 173. A ação de nulidade **poderá ser proposta pelo INPI** ou por qualquer pessoa com legítimo interesse.”

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 60.** No que concerne à propriedade industrial, assinale a opção correta.

\* Obs: Respostas com base na Lei de Propriedade Industrial: Lei 9279/96.

**B) O titular da marca **pode impedir**, por meio de ação inibitória, que o empresário que comercialize o respectivo produto utilize sinal distintivo próprio da empresa juntamente com a marca do produto.**

**Comentários: ERRADA.**

**“Art. 132. O titular da marca **não poderá**:**

**I- **impedir que comerciantes ou distribuidores utilizem sinais distintivos que lhes são próprios, juntamente com a marca do produto**, na sua promoção e comercialização;**

**II- impedir que fabricantes de acessórios utilizem a marca para indicar a destinação do produto, desde que obedecidas as práticas leais de concorrência;**

**III - impedir a livre circulação de produto colocado no mercado interno, por si ou por outrem com seu consentimento, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 68; e**

**IV- impedir a citação da marca em discurso, obra científica ou literária ou qualquer outra publicação, desde que sem conotação comercial e sem prejuízo para seu caráter distintivo.”**

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 60.** No que concerne à propriedade industrial, assinale a opção correta.

\* Obs: Respostas com base na Lei de Propriedade Industrial: Lei 9279/96.

**C) É possível o deferimento de patente referente a microrganismos transgênicos.**

**Comentários: CORRETA.**

“Art. 18. Não são patenteáveis:

I- o que for contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde públicas;

II- as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e os respectivos processos de obtenção ou modificação, quando resultantes de transformação do núcleo atômico; e

II - o todo ou parte dos seres vivos, **exceto os microrganismos transgênicos** que atendam aos três requisitos de patenteabilidade - novidade, atividade inventiva e aplicação industrial - previstos no art. 8º e que não sejam mera descoberta.

**Parágrafo único.** Para os fins desta Lei, microrganismos transgênicos são organismos, exceto o todo ou parte de plantas ou de animais, que expressem, mediante intervenção humana direta em sua composição genética, uma característica normalmente não alcançável pela espécie em condições naturais.”

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 60.** No que concerne à propriedade industrial, assinale a opção correta.

**\* Obs:** Respostas com base na Lei de Propriedade Industrial: Lei 9279/96.

**D)** No Brasil, a proteção de marca notoriamente conhecida condiciona-se a depósito prévio da marca junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, salvo se a origem da marca for país participante da União de Paris.

**Comentários:** ERRADA. **Não há esta condição.**

“Art. 126. A marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade nos termos do art. 6º, da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial, **goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.**”

§1º A proteção de que trata este artigo aplica-se também às marcas de serviço.

§2º O INPI poderá indeferir de ofício pedido de registro de marca que reproduza ou imite, no todo ou em parte, marca notoriamente conhecida.”

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 60.** No que concerne à propriedade industrial, assinale a opção correta.

**\* Obs:** Respostas com base na Lei de Propriedade Industrial: Lei 9279/96.

**E)** Para o registro de desenho industrial junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, é necessário que se atenda ao requisito da novidade, definida como **configuração visual distinta em relação a objetos anteriores.**

**“Comentários: ERRADA.** A novidade é determinada **pela não compreensão no estado da técnica.**

**Art. 95.** Considera-se desenho industrial a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial.

**Art. 96.** O desenho industrial **é considerado novo quando não compreendido no estado da técnica.”**

**...Sendo o estado da técnica:** “tudo o que era acessível ao público através de descrição escrita ou oral, pelo uso ou de qualquer outro modo, antes da data do depósito do pedido de uma patente”

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 61.** Em relação às sociedades anônimas, assinale a opção correta.

A) É desnecessária escritura pública para que determinado imóvel seja incorporado ao patrimônio da sociedade anônima para efeito da formação do capital social.

**Comentários. CORRETA.**

“Art. 98, § 2º, LSA: **a certidão dos atos constitutivos da companhia, passada pelo registro do comércio em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência**, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação do capital.”



# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 61.** Em relação às sociedades anônimas, assinale a opção correta.

**B) É incabível, por ser a lei regente omissa, a dissolução parcial de sociedade anônima fechada, de cunho familiar, por quebra da affectio societatis.**

**Comentários. ERRADA.** O STJ pacificou a questão, entendendo pela possibilidade de dissolução parcial da sociedade anônima nos casos em que se verifique a presença de vínculo intuitu personae e a posterior quebra da affectio societatis. Motivo: é preferível a dissolução parcial da sociedade, com a continuação desta, do que sua dissolução total, o que atentaria contra o princípio da preservação da empresa.

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 61.** Em relação às sociedades anônimas, assinale a opção correta.

**C) O presidente da assembléia geral ou ordinária da sociedade anônima deve computar voto ainda que contrarie acordo de acionistas devidamente arquivado na companhia, cabendo ao interessado recorrer ao Poder Judiciário para a execução específica do acordo.**

**Comentários. ERRADA. Lei 6.404/76 (LSA): “Art. 118, § 8º O presidente da assembléia ou do órgão colegiado de deliberação da companhia não computará o voto proferido com infração de acordo de acionistas devidamente arquivado”**

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 61.** Em relação às sociedades anônimas, assinale a opção correta.

**D) O direito de voto na sociedade anônima é classificado como direito **essencial** do acionista, não podendo sofrer qualquer espécie de restrição.**

**Comentários:** ERRADA. “Art. 109. Nem o estatuto social nem a assembléia-geral poderão privar o acionista dos direitos de:

**I - participar dos lucros sociais;**

**II - participar do acervo da companhia, em caso de liquidação;**

**III - fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais;**

**IV - preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172;**

**V - retirar-se da sociedade nos casos previstos nesta Lei”.**

**“Art. 110, da LSA: A cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações da assembléia-geral.”**

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 61.** Em relação às sociedades anônimas, assinale a opção correta.

E) **Não sendo** as debêntures valores mobiliários, sua emissão não está sujeita à autorização ou ao conhecimento prévio da Comissão de Valores Mobiliários.

**Comentários. ERRADA.** As debêntures são uma espécie de valor mobiliário emitido pelas sociedades anônimas que conferem ao seu titular um direito de crédito certo contra a companhia, nos termos do que dispuser a sua escritura de emissão ou o seu certificado.

**Art. 52.** A companhia poderá emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão e, se houver, do certificado.

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 62.** Assinale a opção correta a respeito da liquidação extrajudicial das instituições financeiras.

**A) Não é exigível pena pecuniária decorrente de infração de norma administrativa de instituição financeira cuja liquidação extrajudicial tenha sido decretada.**

**Comentários. CORRETA.** “Art. 18, “f”, da Lei 6.024/74. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos: f) **não reclamação** de correção monetária de quaisquer divisas passivas, **nem de penas pecuniárias por infração de leis penais ou administrativas.**”

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 62.** Assinale a opção correta a respeito da liquidação extrajudicial das instituições financeiras.

B) Determinada a liquidação extrajudicial de instituição financeira, ocorre a equiparação do Banco Central do Brasil ao juiz da falência, detendo o banco, por consequência, **competência para determinar administrativamente a revogação** de atos praticados pela instituição em liquidação durante o período suspeito.

**Comentários. ERRADA.** Os poderes do Banco Central do Brasil são de administração e liquidação na esfera administrativa, não sendo equiparado ao juiz da falência, mas deve nomear liquidante com amplos poderes, nos termos do art. 16 da Lei 6.024/74.

“Art. 16. A liquidação extrajudicial será executada por liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil, com **amplos poderes de administração e liquidação**, especialmente os de verificação e classificação dos créditos, podendo nomear e demitir funcionários, fixando-lhes os vencimentos, outorgar e cassar mandatos, propor ações e representar a massa em Juízo ou fora dele. § 1º Com prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil, poderá o liquidante, em benefício da massa, ultimar os negócios pendentes e, a qualquer tempo, onerar ou alienar seus bens, neste último caso através de licitações.”

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 62.** Assinale a opção correta a respeito da liquidação extrajudicial das instituições financeiras.

**C) É da competência do ministro da Fazenda a decretação da liquidação de instituição financeira, incumbindo-se ao Banco Central do Brasil operacionalizá-la.**

**Comentários. ERRADA.** A decretação da liquidação de instituição financeira é de **competência do Banco Central do Brasil** e será operacionalizada por liquidante nomeado. Art. 15 c/c Art. 16 da Lei 6.024/74.

# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 62.** Assinale a opção correta a respeito da liquidação extrajudicial das instituições financeiras.

**D)** Determinada a liquidação extrajudicial de instituição financeira, há suspensão da prescrição relativa a pretensões derivadas de obrigações da instituição, **que volta a ocorrer pelo período restante após a decretação da extinção da liquidação.**

**Comentários.** ERRADA. Há interrupção da prescrição, **não havendo menção à sua volta.** Art. 18, f, da Lei 6.024/74:

“Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos: e) interrupção da prescrição relativa a obrigações de responsabilidade da instituição”



# 2013 – TRF 1 (Questões 56 a 62)

**QUESTÃO 62.** Assinale a opção correta a respeito da liquidação extrajudicial das instituições financeiras.

**E) Determinada a liquidação extrajudicial de instituição financeira, as ações contra a referida instituição devem ser julgadas pela justiça federal.**

**Comentários. ERRADA.** É de competência da **Justiça Estadual**. Nesse sentido: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA**. Execução. Instituição financeira em liquidação. - É da Justiça Estadual a competência para processar a execução promovida por instituição financeira em regime de liquidação extrajudicial. - Conflito conhecido e declarada a competência do suscitado.

**(STJ - CC: 19304 SP 1997/0010126-6, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 11/11/1998, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 08.03.1999 p. 105).**

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 55.** Os sócios majoritários da empresa mercantil X, detentores de 80% do capital dessa empresa, pretendem levar à junta comercial do respectivo estado certos documentos da empresa X para arquivamento. Nessa situação hipotética, em conformidade com a Lei de Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins, a junta comercial poderá promover o arquivamento:

**A) da prorrogação do contrato social, depois de findo o prazo nele fixado.**

**Comentários: ERRADO.** Lei 8.934, “Art. 35. Não podem ser arquivados: IV - a prorrogação do contrato social, depois de findo o prazo nele fixado”

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 55.** Os sócios majoritários da empresa mercantil X, detentores de 80% do capital dessa empresa, pretendem levar à junta comercial do respectivo estado certos documentos da empresa X para arquivamento. Nessa situação hipotética, em conformidade com a Lei de Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins, a junta comercial poderá promover o arquivamento:

B) dos documentos que **obedecerem** às prescrições legais, mesmo que eles contenham matéria contrária aos interesses dos sócios minoritários.

**Comentários:** CORRETO. Lei 8.934, “Art. 35. **Não podem** ser arquivados: I - os documentos **que não obedecerem** às prescrições legais ou regulamentares ou que contiverem matéria contrária aos bons costumes ou à ordem pública, bem como os que colidirem com o respectivo estatuto ou contrato não modificado anteriormente”

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 55.** Os sócios majoritários da empresa mercantil X, detentores de 80% do capital dessa empresa, pretendem levar à junta comercial do respectivo estado certos documentos da empresa X para arquivamento. Nessa situação hipotética, em conformidade com a Lei de Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins, a junta comercial poderá promover o arquivamento:

**C) dos documentos de alteração contratual da empresa, ainda que neles figure como titular pessoa que esteja condenada pela prática de crime cuja pena vede o acesso à atividade mercantil.**

**Comentários:** ERRADO. Lei 8.934, “Art. 35. **Não podem** ser arquivados: II - os documentos de constituição ou alteração de empresas mercantis de qualquer espécie ou modalidade em **que figure como titular ou administrador pessoa que esteja condenada pela prática de crime cuja pena vede o acesso à atividade mercantil**”

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 55.** Os sócios majoritários da empresa mercantil X, detentores de 80% do capital dessa empresa, pretendem levar à junta comercial do respectivo estado certos documentos da empresa X para arquivamento. Nessa situação hipotética, em conformidade com a Lei de Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins, a junta comercial poderá promover o arquivamento:

**D) dos atos constitutivos da empresa que não designem o respectivo capital.**

**Comentários:** ERRADO. Lei 8.934, “Art. 35. **Não podem** ser arquivados: III - os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, **não designarem o respectivo capital**, bem como a declaração precisa de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa”.

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 55.** Os sócios majoritários da empresa mercantil X, detentores de 80% do capital dessa empresa, pretendem levar à junta comercial do respectivo estado certos documentos da empresa X para arquivamento. Nessa situação hipotética, em conformidade com a Lei de Registro de Empresas Mercantis e Atividades Afins, a junta comercial poderá promover o arquivamento:

E) dos atos constitutivos da empresa que não contenham declaração precisa de seu objeto.

**Comentários:** ERRADO. Lei 8.934, “Art. 35. **Não podem** ser arquivados:III - os atos constitutivos de empresas mercantis que, além das cláusulas exigidas em lei, **não designarem o respectivo capital**, bem como a declaração precisa de seu objeto, cuja indicação no nome empresarial é facultativa”

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 56.** A Lei da Propriedade Industrial determina o que é ou não patenteável. Consoante essa norma, os itens passíveis de patenteamento incluem:

**A) uma nova teoria científica capaz de demonstrar as razões da falta de eficiência energética de determinados geradores.**

**Comentários:** ERRADO. Lei 9.279: “Art. 10. Não se considera invenção nem modelo de utilidade: I - descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos”

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 56.** A Lei da Propriedade Industrial determina o que é ou não patenteável. Consoante essa norma, os itens passíveis de patenteamento incluem:

**B) novos programas de computadores.**

**Comentários:** ERRADO. Lei 9.279: “Art. 10. Não se considera invenção nem modelo de utilidade: V - programas de computador em si”



## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 56.** A Lei da Propriedade Industrial determina o que é ou não patenteável. Consoante essa norma, os itens passíveis de patenteamento incluem:

**C) novos métodos cirúrgicos para aplicação ao corpo humano.**

**Comentários:** ERRADO. Lei 9.279: “Art. 10. Não se considera invenção nem modelo de utilidade: VIII - técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal”

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 56.** A Lei da Propriedade Industrial determina o que é ou não patenteável. Consoante essa norma, os itens passíveis de patenteamento incluem:

**D) um esquema de novo método publicitário.**

**Comentários:** ERRADO. Lei 9.279: “Art. 10. Não se considera invenção nem modelo de utilidade: III - esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização”

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 56.** A Lei da Propriedade Industrial determina o que é ou não patenteável. Consoante essa norma, os itens passíveis de patenteamento incluem:

E) um objeto de uso prático suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma, envolvendo ato inventivo que resulte em melhoria funcional em sua fabricação.

**Comentários:** **CORRETA.** “Art. 9º É patenteável como modelo de utilidade o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.”

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 57.** Considerando que determinada empresa emita uma duplicata contra um comprador, assinale a opção correta.

**A)** Se o credor não enviar a duplicata para aceite e o devedor não pagá-la até o vencimento, não poderá o credor obter o registro de protesto por falta de pagamento.

**Comentários:** ERRADO. A duplicata não é título de emissão obrigatória (o art. 2º da Lei 5474/68 dispõe que no ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata para circulação como efeito comercial...), razão pela qual, **mesmo que não enviada para aceite, caso haja o vencimento da obrigação constante do contrato de compra e venda mercantil ou contrato de prestação de serviços, por serem considerados documentos de dívida (nos termos da Lei 9492/97), poderão ser protestados.**

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 57.** Considerando que determinada empresa emita uma duplicata contra um comprador, assinale a opção correta.

**B)** Se o credor enviar a duplicata para aceite e o devedor não pagá-la até o vencimento, o credor deverá, inicialmente, promover o protesto do título por falta de aceite.

**Comentários:** ERRADA. Referente ao protesto da duplicata, este pode ser de três tipos: **falta de aceite, falta de devolução e falta de pagamento.**

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 57.** Considerando que determinada empresa emita uma duplicata contra um comprador, assinale a opção correta.

**C)** Caso a empresa envie o título para aceite do devedor e este não o devolva, o credor somente poderá requerer o registro de protesto motivado por falta de aceite após o vencimento da obrigação.

**Comentários:** ERRADA. A **falta de aceite ou a falta de devolução**, por si sós, já autorizam o protesto. São protestos independentes.

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 57.** Considerando que determinada empresa emita uma duplicata contra um comprador, assinale a opção correta.

**D) Caso a empresa envie o título para aceite do devedor e este o devolva ao credor sem aceite e antes de decorrido o prazo legal para aceite, o credor passa a ter, a partir do recebimento da duplicata, o direito ao registro do protesto.**

**Comentários:** ERRADA. Fábio Ulhoa observa que o art. 7º da Lei de Duplicatas dispõe que a duplicata deverá ser devolvida pelo comprador dentro do prazo de dez dias, contado da data de sua apresentação, devidamente assinada ou acompanhada de declaração, por escrito, contendo as razões da falta de aceite. Dessa forma, **o direito ao protesto por falta de aceite surgirá após o decurso do prazo de dez dias previstos em lei**, e não do recebimento da duplicata, conforme dispõe a questão.

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 57.** Considerando que determinada empresa emita uma duplicata contra um comprador, assinale a opção correta.

**E) Se o credor não enviar a duplicata para aceite, não poderá protestá-la por falta de pagamento antes do vencimento.**

**Comentários:** **CORRETA.** Caso haja o envio da duplicata para aceite, haverá outras possibilidades de protesto do título: falta de aceite e falta de devolução.



## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 58.** Supondo que faleça certo sócio de determinada sociedade limitada, a regra geral inserta no Código Civil será a da liquidação de suas cotas. Todavia, de acordo com excepcionalidades também insertas no Código Civil, essa regra será afastada se:

- A) o sócio falecido deixar registrado em testamento seu desejo de não liquidação das suas cotas ou se o contrato dispuser diferentemente.**
- B) o contrato dispuser diferentemente ou se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade.**
- C) os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade ou se o sócio falecido tiver função de administração na sociedade.**
- D) o sócio falecido tiver participação superior a 50% do capital social ou se o contrato dispuser diferentemente.**
- E) o sócio falecido tiver função de administração na sociedade ou se ele tiver participação societária superior a 50% do capital social.**

**Comentário Único:** Art. 1.028 do CC/02: No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo: I - se o contrato dispuser diferentemente; II - se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade; III - se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

# 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

## Mapa da dissolução

Falecimento  
de sócio

Art.  
1.028

Saída  
voluntária

Art.  
1.029

Exclusão judicial  
de sócio

Art.  
1.030

Retirada  
motivada

Art.  
1.077

Exclusão de  
minoritário

Art.  
1.085

Falta de cláusula específica  
(silêncio do contrato)



Liquidação das quotas em favor de herdeiros e legatários

“Art. 1.028. No caso de morte de sócio, **liquidar-se-á** sua quota (...)”

# 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

## Mapa da dissolução

Falecimento  
de sócio

Art.  
1.028

Saída  
voluntária

Art.  
1.029

Exclusão judicial  
de sócio

Art.  
1.030

Retirada  
motivada

Art.  
1.077

Exclusão de  
minoritário

Art.  
1.085

Falta de cláusula específica  
(silêncio do contrato)

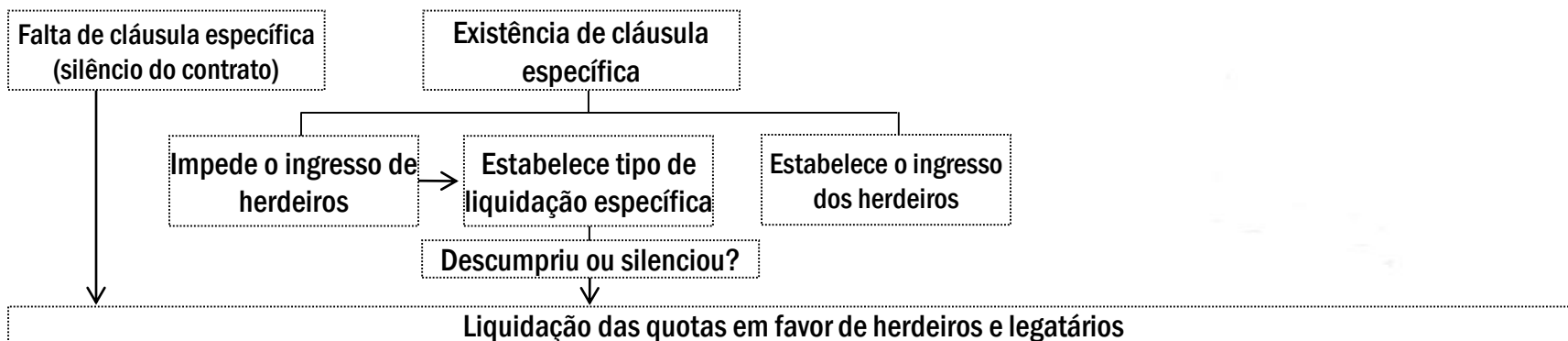
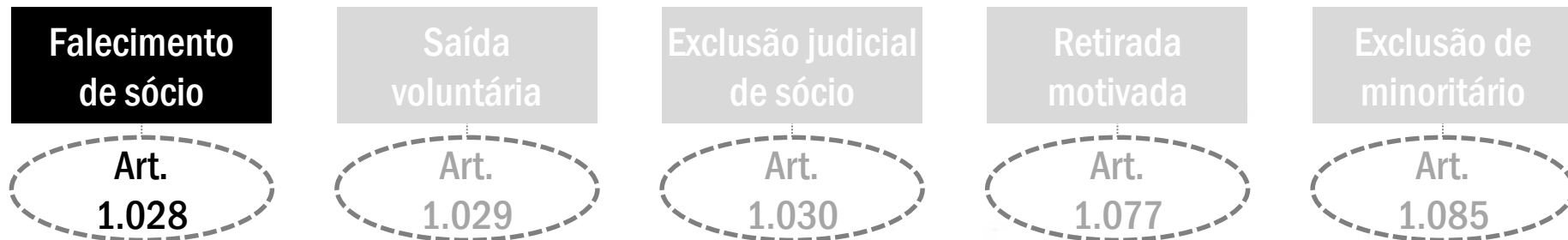


Liquidação das quotas em favor de herdeiros e legatários

“Art. 1.031. Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota (...) liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, **com base na situação patrimonial da sociedade (...).**”

# 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

## Mapa da dissolução

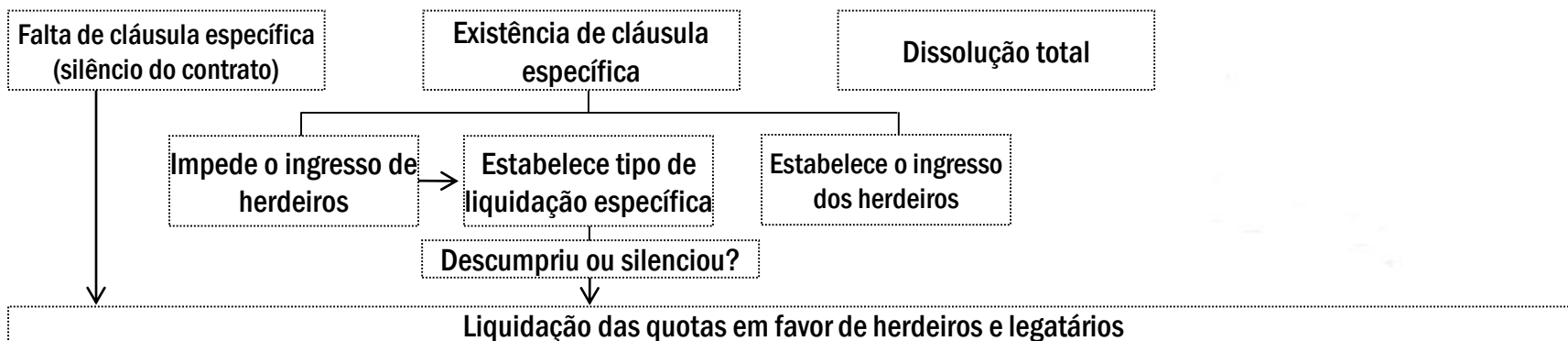


“Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota **salvo**: I - se o **contrato** dispuser diferentemente”

“Art. 1.031. liquidar-se-á, salvo **disposição contratual** em contrário (...).”

# 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

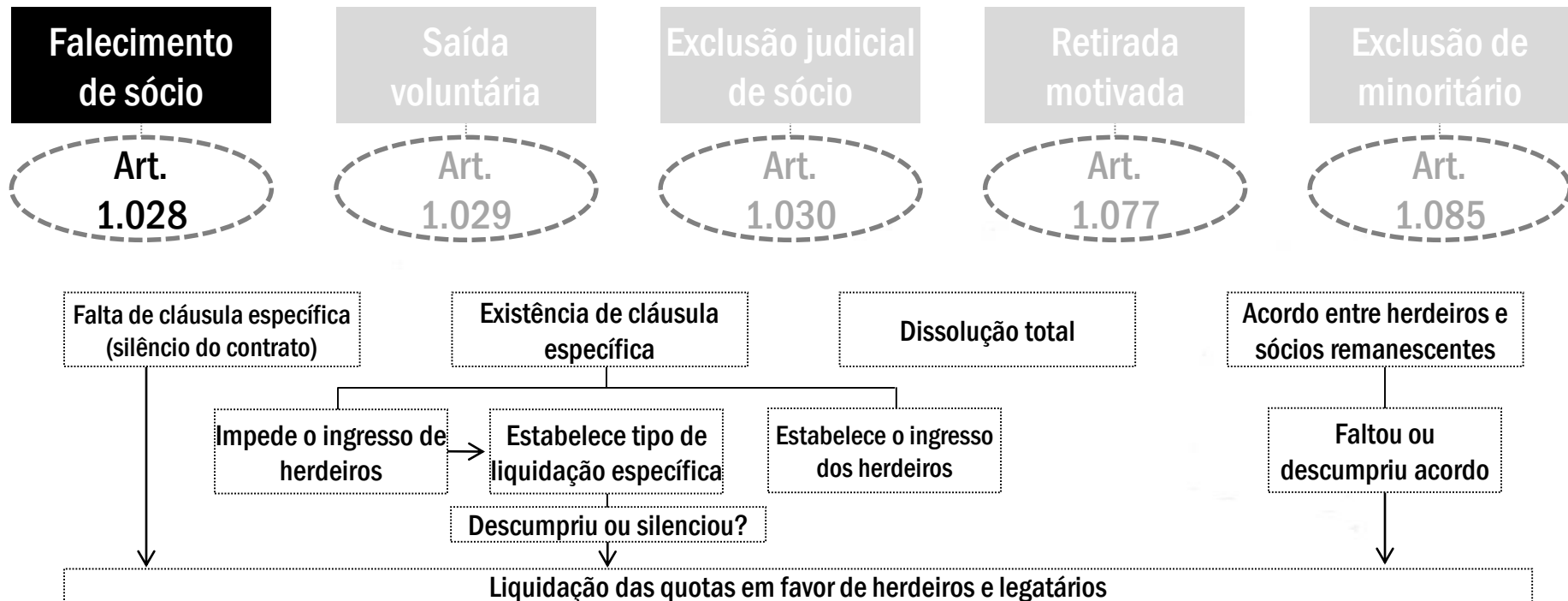
## Mapa da dissolução



“Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota **salvo**: II - se os sócios remanescentes **optarem pela dissolução** da sociedade”

# 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

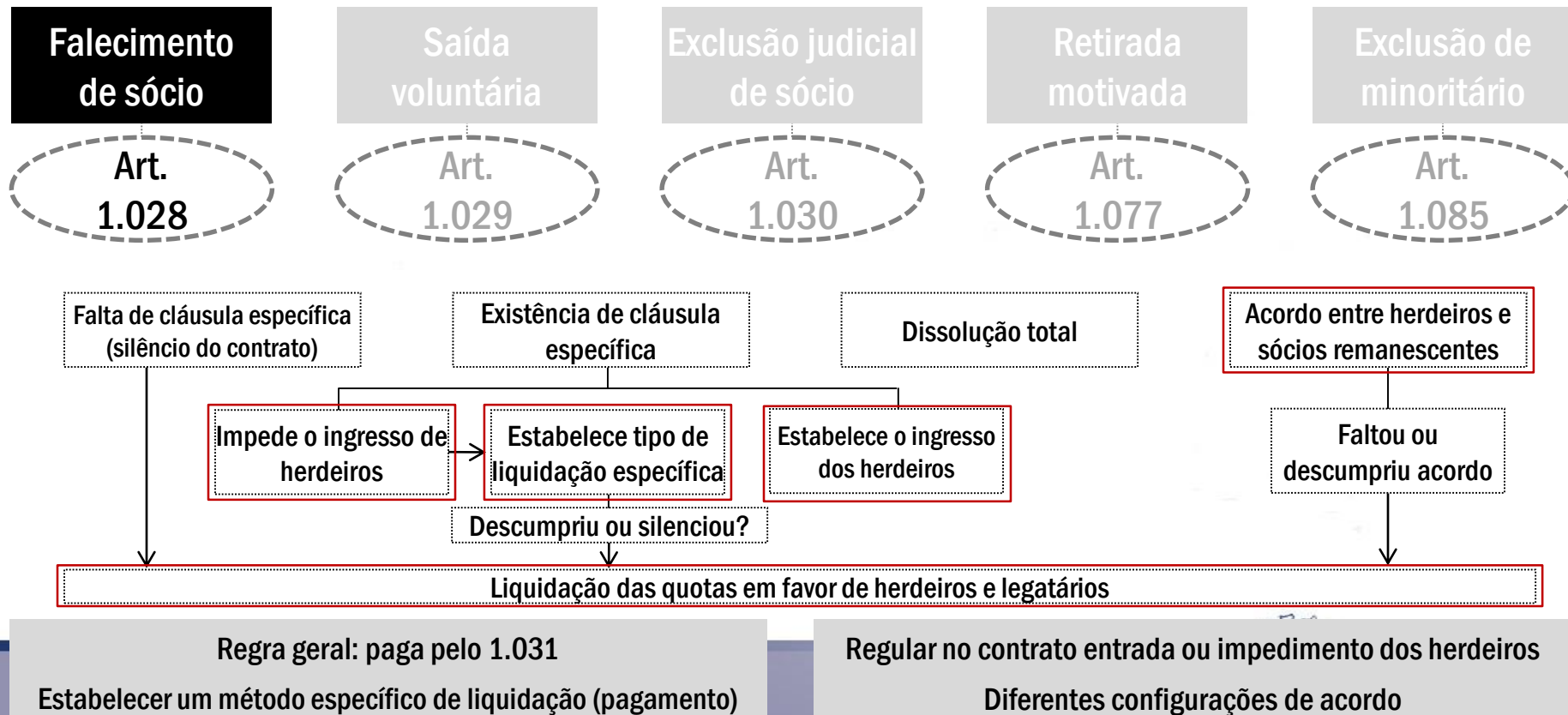
## Mapa da dissolução



“Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota **salvo**: III - se, por **acordo** com os herdeiros, regular-se a **substituição do sócio falecido**.”

# 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

## Mapa da dissolução



# 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

## Mapa da dissolução

Falecimento  
de sócio

Art.  
1.028

Saída  
voluntária

Art.  
1.029

Exclusão judicial  
de sócio

Art.  
1.030

Retirada  
motivada

Art.  
1.077

Exclusão de  
minoritário

Art.  
1.085

Paga pelo 1.031

ou, cria alternativas no contrato



## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 59.** José é representante comercial da empresa X, com exclusividade de zona para o território do estado do Rio de Janeiro estabelecida em contrato. Nessa situação hipotética, José terá direito de receber as comissões dos negócios realizados no estado Rio de Janeiro, entre a representada e compradores domiciliados nesse estado, nos casos em que os negócios tenham sido realizados com a intermediação:

- A) dele ou de terceiros, apenas.
- B) dele ou nos casos em que os negócios tenham sido realizados diretamente pela empresa X, apenas.
- C) dele ou de algum preposto seu, apenas.
- D) dele ou de terceiros ou nos casos em que os negócios tenham sido realizados diretamente pela empresa X.
- E) dele, apenas.

**Comentário Único:** Art. 31 da Lei 4.886 de 09 de Dezembro de 1995, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos: “Art. 31. Prevendo o contrato de representação a exclusividade de zona ou zonas, ou quando este for omissivo, fará jus o representante à comissão pelos negócios aí realizados, ainda que diretamente pelo representado ou por intermédio de terceiros”

## 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**QUESTÃO 60.** Na criação de certa sociedade por ações de capital fechado, o estatuto pode estabelecer que a empresa tenha ações ordinárias e preferenciais. Suas ações ordinárias podem, por sua vez, estar distribuídas em classes, criadas em razão de alguns critérios. Nesse caso, os critérios válidos para a criação de ações ordinárias na empresa incluem a

- A) prioridade no reembolso do capital e a conversibilidade em ações preferenciais.
- B) prioridade na distribuição de dividendos e o direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.
- C) exigência de nacionalidade brasileira do acionista e a prioridade no reembolso do capital.
- D) conversibilidade em ações preferenciais e a exigência de nacionalidade brasileira do acionista.
- E) prioridade na distribuição de dividendos e a conversibilidade em ações preferenciais.

**Comentário Único:** Lei 6.404/76: Art. 15. As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição. § 1º As ações ordinárias da companhia fechada e as ações preferenciais da companhia aberta e fechada poderão ser de uma ou mais classes.

**Art. 16.** As ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de classes diversas, em função de: I - conversibilidade em ações preferenciais; II - exigência de nacionalidade brasileira do acionista; ou III - direito de voto em separado para o preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos”

# 2013 – TRF 2 (Questões 55 a 61)

**Questão 61-A Lei n. 11.101/2005, que regula as recuperações judicial e extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, se aplicaria:**

- A) a uma empresa pública, como a ECT.**
- B) a um indivíduo qualquer que, conforme o Código Civil, se enquadre no conceito de empresário.**
- C) a uma instituição financeira, como o Banco do Brasil S.A.**
- D) a uma entidade de previdência complementar operadora de planos de saúde.**
- E) a uma empresa de economia mista, como a PETROBRAS.**

**Comentário Único: Lei 11.101/05:**

**“Art. 1º Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor.”**

**“Art. 2º: Esta Lei não se aplica a: I – empresa pública e sociedade de economia mista; II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores”**

## 2013 – TRF 5 (Questões 56 a 60)

**QUESTÃO 56.** De acordo com o Código Civil, o exercício da atividade empresarial por pessoa legalmente impedida:

- A) implica a nulidade dos atos praticados.**
- B) implica a anulabilidade dos atos praticados.**
- C) resulta no dever de responder pelas obrigações contraídas.**
- D) consiste em crime contra a fé pública.**
- E) consiste em crime contra a administração da justiça.**

**Comentário Único:** Código Civil, “Art. 973. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas”

## 2013 – TRF 5 (Questões 56 a 60)

**QUESTÃO 57.** Conforme o Código Civil, a assinatura de nota promissória cuja data de vencimento não tenha sido previamente definida acarreta:

- A) a definição do vencimento como sendo trinta dias após a data da emissão.
- B) a impossibilidade de cobrança de juros, ainda que tenham sido pactuados no título.
- C) a definição do vencimento como sendo à vista.
- D) a impossibilidade de cobrança do título até que se acorde a data do vencimento.
- E) a invalidade do negócio jurídico que deu origem ao título.

**Comentário Único:** Código Civil, “Art. 889. Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente. § 1º **É à vista** o título de crédito que não contenha indicação de vencimento.”

# 2013 – TRF 5 (Questões 56 a 60)

**QUESTÃO 58.** Em caso de invenção de um produto, a legitimidade para requerer a patente caberá, entre outros:

- A) à União.
- B) à empresa em que o inventor trabalhe, independentemente de previsão contratual.
- C) aos interessados em explorar economicamente a patente.
- D) aos cessionários dos direitos de patente, quando cedidos.
- E) aos empregados do inventor que colaborarem na invenção

**Comentário Único:** LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996.

Art. 6º Ao **autor** de invenção ou modelo de utilidade será assegurado o direito de obter a patente que lhe garanta a propriedade, nas condições estabelecidas nesta Lei. § 1º Salvo prova em contrário, presume-se o requerente legitimado a obter a patente. § 2º A patente poderá ser requerida em nome próprio, pelos **herdeiros ou sucessores do autor, pelo cessionário ou por aquele a quem a lei ou o contrato de trabalho ou de prestação de serviços determinar** que pertença a titularidade. § 3º Quando se tratar de invenção ou de modelo de utilidade realizado conjuntamente por duas ou mais pessoas, a patente poderá ser requerida por todas ou qualquer delas, mediante nomeação e qualificação das demais, para ressalva dos respectivos direitos. § 4º O inventor será nomeado e qualificado, podendo requerer a não divulgação de sua nomeação.

## 2013 – TRF 5 (Questões 56 a 60)

**QUESTÃO 59.** Aldo, Bruna e Carla criaram uma sociedade limitada cujo capital foi integralizado da seguinte forma: Aldo contribuiu com 10 mil reais em espécie; Bruna, com um veículo no valor de 30 mil; e Carla, com um imóvel no valor de 60 mil reais. Nessa situação hipotética, até que se cumpra o prazo de cinco anos da abertura da empresa, a responsabilidade dos sócios sobre a estimação dos bens conferidos será:

- A) solidária entre Bruna e Carla, e subsidiária de Aldo, já que ele integralizou o capital em dinheiro.
- B) pessoal de Bruna, pelo valor do veículo, e pessoal de Carla, pelo valor do imóvel.
- C) solidária dos três sócios.
- D) pessoal de Bruna e subsidiária de Carla, no que se refere ao valor do veículo, e pessoal de Carla e subsidiária de Bruna, em relação ao valor do imóvel.
- E) solidária entre Bruna e Carla, sem qualquer responsabilidade de Aldo, já que ele integralizou o capital em dinheiro.

**Comentário Único:** Código Civil: “Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.”

## 2013 – TRF 5 (Questões 56 a 60)

**QUESTÃO 60.** O CDC, embora não trate objetivamente do comércio realizado por meio da Internet, contém dispositivos que se aplicam aos negócios feitos por meio da Internet, como o direito de arrependimento. O prazo para contagem desse direito pode começar a partir:

- A) da chegada do aviso de expedição do produto e será de trinta dias.
- B) da chegada do aviso de expedição do produto e será de quinze dias.
- C) da assinatura do contrato e será de trinta dias.
- D) da assinatura do contrato e será de sete dias.
- E) do ato de recebimento do produto e será de trinta dias.

**Comentário Único:** CDC. “Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.”